RESOLUÇÃO Nº 18/2017 – CONSUP/IFPR

ANEXO II

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO – PPC

ESPECIALIZAÇÃO EM INTERDISCIPLINARIDADE E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

PITANGA

2022

1 IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:

1.1 NOME DO CURSO: Especialização em **INTERDISCIPLINARIDADE E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

1.2 ÁREA DE CONHECIMENTO (CAPES): **90000005 MULTIDISCIPLINAR**.

Área de Concentração (descrever o código e nome da Grande Área de acordo com Capes: **90000005** *Multidisciplinar*	
Área de Avaliação: Interdisciplinar	
Área: Interdisciplinar 90100000	*Subárea: não se aplica*

1.2.1 Linhas de Pesquisa:

Área de Concentração – **90000005 MULTIDISCIPLINAR**.	
Área: Interdisciplinar 90100000	
Linhas de pesquisa	*Orientadores*
Linha 1 – Currículo e trabalho docente Currículo e trabalho docente consistem em dois aspectos fundamentais do processo educacional. Representam a interface entre os processos educacionais e as práticas profissionais que balizam o desenvolvimento educacional, dessa forma, referem-se ao conjunto das práticas pedagógicas, responsáveis por definir o que se ensina, porque se ensina, quando se ensina e como se ensina, assim como os processos de aprendizagem e avaliação do processo educacional. **Linha 2 – Produção do conhecimento e cultura** A linha "Produção do conhecimento e cultura" envolve a problemática da produção e reprodução do conhecimento e dos bens culturais em nossa sociedade. Por meio de pesquisas de cunho teórico e empírico, visa estimular reflexões acerca dos processos teóricos, metodológicos e filosóficos presentes na produção do conhecimento e de seu desenvolvimento histórico como objetos da prática educacional.	Aline Fabiane Barbieri Ana Paula Hilário Gregório Cassiana Kissel Celso Fernando Claro de Oliveira Daniel Rotella Cocco Felipe Augusto Fernandes Borges Fernando Ruy Gustavo Leoni Bordin José Hugo Leite Junior Juliana Bicalho de Carvalho Barrios Leandro Delgado de Sousa Leila Cleuri Pryjma Luciano Rudnik Maicon Rogério de Souza Marcio Miguel de Aguiar Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi Tania Regina Rossetto

1.3 CAMPUS RESPONSÁVEL: Pitanga

1.3.1 Nome do Diretor-Geral: Márcio Gonçalves dos Santos

1.3.2 E-mail(s):

E-mail de comunicação da Direção-Geral do Campus: marcio.goncalves@ifpr.edu.br

E-mail da Direção de Ensino: luciano.rudnik@ifpr.edu.br

E-mail da Coordenação do Curso: aline.barbieri@ifpr.edu.br

E-mail da Secretaria Acadêmica: secretaria.pitanga@ifpr.edu.br

2 DADOS DA COORDENAÇÃO E COLEGIADO DE CURSO (Coordenação, Vice-coordenação e Colegiado de Curso designados pela Portaria nº 140, de 18 de dezembro de 2020, Campus Pitanga e Portaria nº 89, de 15 de outubro de 2021, Campus Pitanga, respectivamente)

2.1 NOME DO COORDENADOR/TITULAÇÃO: Aline Fabiane Barbieri/Doutora.

2.2 TELEFONES DO COORDENADOR: (44) 997271467.

2.3 E-MAIL DO COORDENADOR: aline.barbieri@ifpr.edu.br.

2.4 NOME DO VICE-COORDENADOR/TITULAÇÃO: Celso Fernando Claro de Oliveira/Doutor.

2.5 TELEFONES DO VICE-COORDENADOR: (48) 999861756.

2.6 E-MAIL DO VICE-COORDENADOR: celso.oliveira@ifpr.edu.br.

2.7 NOME DO SECRETÁRIO DE CURSO: Wellington Henrique Machado de Lima.

3 DADOS DO CURSO PROPOSTO

3.1 TIPO DE CURSO (Lei nº 9394/96, Art. 44, III e Resolução CNE/CES Nº1/2007)

(X) Especialização

( ) Aperfeiçoamento

3.2 Vagas

Mínimo: 20 vagas (Res. nº 18/2017, Art. 8º, § 1º, XI)
Máximo: 40 vagas

3.3 MODALIDADE

(X) PRESENCIAL
( ) A DISTÂNCIA
( ) ABERTO AO PÚBLICO
( ) TURMA FECHADA

3.4 EDIÇÃO:

3.4.1 Público-alvo: Profissionais da educação formados em diferentes áreas.

3.5 LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO: IFPR-Campus Pitanga/Rua José de Alencar, nº 1080, Vila Planalto, CEP 85200-000, Pitanga – PR.

3.6 DIA DE REALIZAÇÃO DO CURSO: terça-feira e quinta-feira.

3.7 HORÁRIO DE INÍCIO/TÉRMINO DOS PERÍODOS: 19h às 22h30.

3.8 PREVISÃO DE INÍCIO DAS AULAS PARA: Não se aplica.

3.9 DESCRIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Carga Horária em Componentes Curriculares (obrigatório): 336h
Carga Horária em Atividade de elaboração, orientação e defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (obrigatório): 24h
Carga Horária em Atividades Complementares (opcional): Não se aplica
Carga Horária Total dos Componentes Curriculares: 360h

4 JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

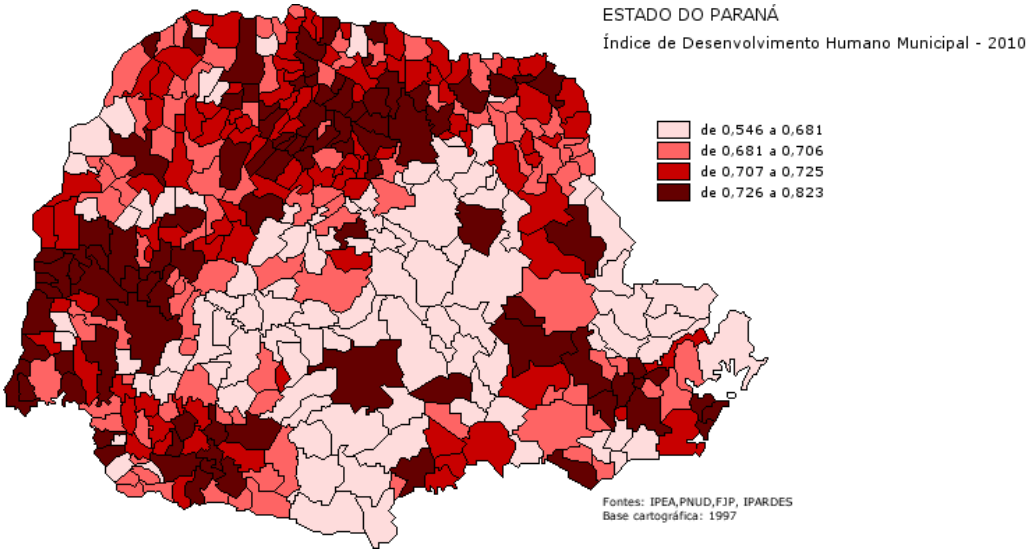
Em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (IFPR, 2018), que apresenta as concepções que norteiam o trabalho no Instituto Federal do Paraná, espera-se com esse Curso de Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica promover e valorizar a educação profissional, estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho, renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Na busca por avançar na constituição de uma escola comprometida com a emancipação humana, o IFPR insere-se na região como um lugar de aprender a interpretar o mundo para, então, poder transformá-lo. O conhecimento é, portanto, elemento necessário para transformar em realidade os ideais da emancipação humana, partindo do domínio dos conhecimentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais, bem como dos seus processos de construção, necessários à superação dos conflitos sociais (IFPR, 2018).

À vista disso, foi necessário o exame das especificidades regionais, a partir das quais identificou-se a demanda de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores da

educação básica. Dentre as características pertinentes de apresentação estão: Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM); Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Indicadores sociais da região central do Estado do Paraná, com ênfase à *Microrregião de Pitanga.*

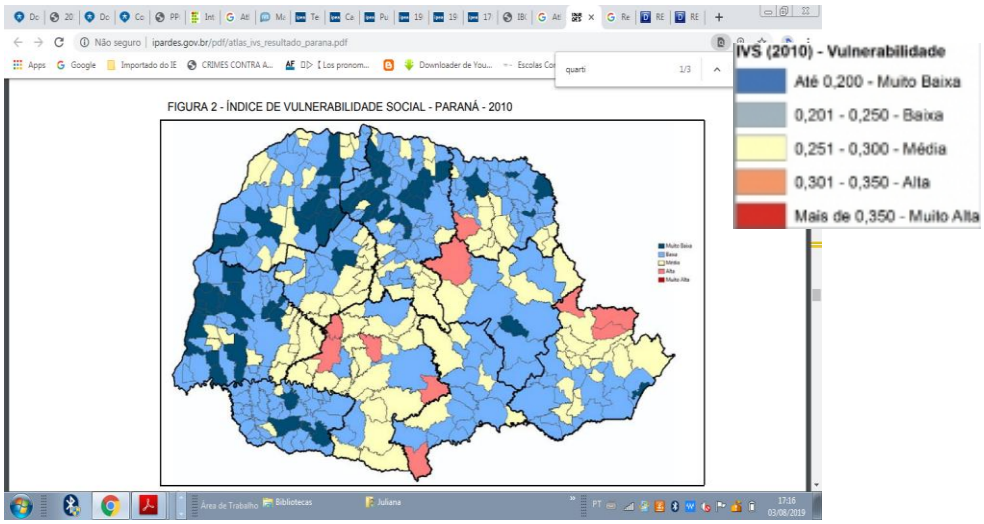
FIGURA 1 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – MUNICIPAL - IDHM[1].



Fonte : IPARDES/IPEA, 2013.

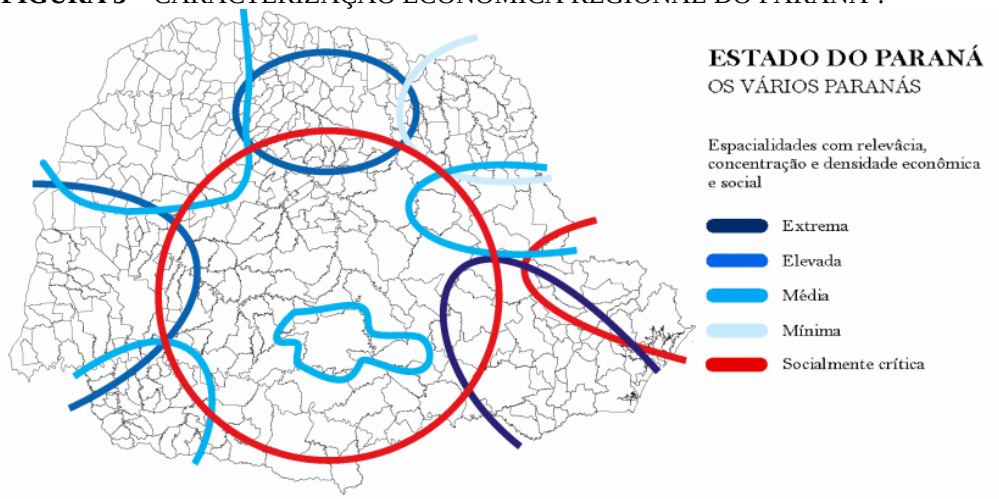
[1] O IDHM é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável (IDHM Saúde); de ter acesso a conhecimento (IDHM Educação) e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas (IDHM Renda). O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: * 0,000 a 0,499 - muito baixo; * 0,500 a 0,599 - baixo; * 0,600 a 0,699 - médio; * 0,700 a 0,799 - alto; e * 0,800 e mais - muito alto (IPEA, 2013).

FIGURA 2 – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL[2] - PARANÁ – 2010.



Fonte : IPEA. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros, 2015.

FIGURA 3 – CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL DO PARANÁ[3].



Fonte : IPARDES, 2015.

Apesar dos indicadores estaduais apresentarem nas últimas décadas uma redução da vulnerabilidade social no Estado, o cruzamento das condições dos municípios da Microrregião

---

[2] É um índice que procura destacar diferentes situações de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da pobreza entendida apenas como insuficiência de renda. Por meio de suas dimensões e indicadores pretende-se sinalizar o acesso, a ausência ou a insuficiência de alguns "ativos" que condicionam o bem-estar dos cidadãos e que remetem a direitos que, a princípio, deveriam estar à disposição de todo cidadão. Entre eles estão: Infraestrutura urbana; Capital Humano; Renda e Trabalho (IPARDES, 2015).

[3] Os dados apresentados no Mapa de espacialidades econômicas de 2005 se mantiveram visto que as alterações nos indicadores não foram suficientes para mudar o nível de relevância das espacialidades (IPEA, 2015).

de Pitanga[4] indica a permanência de carências quanto ao IDH municipal e sua convivência com os riscos de vulnerabilidade social, que refletem a carência social e econômica da região central do Estado do Paraná.

Entre as dimensões consideradas para compor o IVS estão: infraestrutura urbana; renda e trabalho e capital humano, essa última dimensão é alusiva ao acesso aos serviços de saúde e educação, retratando as condições que afetam a situação presente das pessoas e o potencial que as gerações mais novas têm, a partir do acesso atual, de melhorar seu bem-estar futuro.

A microrregião estudada concentra grande quantidade de municípios com elevada incidência entre os indicadores sociais mais críticos do Estado e apresenta volumes expressivos de carência em seu interior, quando analisados os números absolutos de população de pobres. Logo, deve manter-se como alvo prioritário das políticas públicas de longo prazo, que apresentem metas claras e que sejam quantificáveis por meio de mecanismos de monitoramento ao longo de sua implementação.

A distribuição espacial dos indicadores, resultado de estudos realizados pelo IPARDES e IPEA, demonstra a relevância da ação sistemática do IFPR no desenvolvimento regional. A atuação do IFPR no campo da formação continuada dos professores e dos demais profissionais da educação da rede pública de ensino e da educação básica como um todo, surge como uma demanda declarada por cinco instituições de atuação em âmbito regional: Núcleo Regional de Educação (NRE) com sede em Pitanga; o Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Rural e Urbano Sustentável da Região Central do Estado do Paraná (CID – Centro); a Associação dos municípios do Centro do Paraná (Amocentro); o grupo gestor do Território da Cidadania Paraná Centro e o Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional para o Desenvolvimento Local (CONSAD), além da Secretaria Municipal de Educação de Pitanga[5].

A solicitação consiste na oferta de curso de pós-graduação público, gratuito e de qualidade, com foco específico na formação continuada em nível de pós-graduação de professores e profissionais da educação básica em atuação e dos futuros profissionais em formação nos cursos de licenciatura da região.

---

[4] Os municípios de Cândido de Abreu, Manoel Ribas e Nova Tebas fazem parte da microrregião de Ivaiporã; os municípios de Campina do Simão e Turvo pertencem a Guarapuava, no entanto, é possível inseri-los na área de abrangência das ações do IFPR *campus* Pitanga.

[5] Segue em anexo os ofícios de solicitação do Curso de Pós-graduação.

O curso ora ofertado, objetiva a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, construindo uma educação em que os saberes da classe trabalhadora e seus poderes como classe não sejam reprimidos. Trata-se de um processo de construção contra-hegemônico, no sentido de que os trabalhadores não tenham apenas o direito a serem instruídos, mas que sejam esclarecidos e que tenham reconhecida a sua capacidade de pensar, decidir e de serem sujeitos de saber e de cultura (ARAUJO, 201 5).

5 OBJETIVOS DA PROPOSTA

5.1 OBJETIVO GERAL

Possibilitar a formação continuada aos profissionais da educação básica, proporcionando reflexões e discussões sobre o caráter integral da atividade educacional contemporânea, na busca da articulação entre a produção de conhecimentos, processos educacionais e interdisciplinaridade.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Superar a visão fragmentada do currículo, responsável por segmentar as práticas disciplinares e o entendimento de mundo dos alunos;
- Compreender o sentido dos diferentes campos do conhecimento para a formação docente e discente na educação básica;
- Constituir um espaço privilegiado de reflexão, debate/discussão e diálogo sobre a atividade educacional;
- Estimular a autonomia do professor na produção do conhecimento interdisciplinar e na organização do trabalho pedagógico;
- Pensar a educação e a produção do conhecimento científico como parte de um processo de formação integral e interdisciplinar;
- Estabelecer uma relação direta entre a prática docente nas diferentes áreas e os objetivos da atividade educacional;
- Fomentar a pesquisa científica na área da educação e da interdisciplinaridade.

- Constituir etapa preliminar à implantação de curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* no Campus do IFPR – Pitanga ou Multicampi.

6 METODOLOGIA DE TRABALHO[6]

A ação pedagógica poderá ser realizada em formato de aulas expositivas ou interativas, discussão e debate dos conteúdos expostos, oficinas, filmografia, leituras, dramatizações, sistematização de leitura de textos em sala e estudos dirigidos.

Conforme propõe Pacheco (2011), a orientação pedagógica dos Institutos Federais deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios, priorizando a compreensão do mundo do trabalho.

Nessa perspectiva, o currículo e as práticas pedagógicas buscam problematizar a realidade de forma que as respostas se tornem novo ponto de partida na busca constante do conhecimento, entendendo-o de forma histórica e, portanto, como processo, como percurso dinâmico. Para tanto, são destacados diversos procedimentos didáticos pedagógicos, como atividades teóricas, demonstrativas e práticas contextualizadas. O processo de ensino e aprendizagem extrapola os limites da sala de aula, desenvolvendo significações pessoais e coletivas.

Tal posicionamento implica na articulação entre o conteúdo e a sociedade, como elemento de entendimento e transformação social. Conforme Gasparin (2009, p. 2), isso implica em trabalhar o conteúdo "[...] de forma contextualizada em todas as áreas do conhecimento humano, [...] os conteúdos são sempre uma produção histórica de como os homens produzem sua vida nas relações sociais de trabalho em cada modo de produção". O conteúdo, dessa maneira, expande-se em múltiplas determinações contidas no todo social, a apropriação do conhecimento deixa de ser um produto fragmentado, anistórico, mas representa a vida em diversas dimensões da mesma realidade.

Gasparin (2009) afirma que os conteúdos escolares não estão na escola, mas fora dela. Nesses termos, o que muda a sociedade é a prática, que representa a essência da vida social,

---

[6] Essa metodologia de trabalho baseia-se em discussão realizada durante a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia do IFPR Campus Pitanga.

mas não há prática eficaz sem a teoria, ou seja, teoria e prática juntas formam a práxis, que é a prática imbuída da teoria. Pela práxis o ser humano é levado a refletir, considerar as contradições que se impõem no processo histórico como forma de ampliar a concepção da realidade em suas múltiplas determinações.

Saviani (1985) destaca que o povo detém a prática transformadora do homem de massa, mas acolhe concepções hegemônicas sem questioná-las. Para o autor, a elevação do nível cultural é uma necessidade ao considerarmos a superação de forças hegemônicas, permitindo olhares diferenciados sobre a realidade, concebendo a educação como instrumento de luta e transformação por meio da práxis.

A consciência comum é incapaz, ao ser deixada por si só, de "superar sua concepção espontânea e irreflexiva da atividade prática e ascender a uma verdadeira concepção – filosófica – da praxis" (VÁZQUEZ, 1977, p. 16). A educação, nesse sentido, busca romper os "[...] interesses dominantes aqueles elementos que estão articulados em torno deles, mas não inerentes à ideologia dominante e rearticulá-los em torno dos interesses populares, dando-lhes a consciência, a coesão e a coerência de uma concepção de mundo elaborada" (SAVIANI, 1985, p. 10-11).

Neste âmbito, é preciso considerar que as sociedades humanas se estruturam pelo trabalho, concebendo-o como a transformação da natureza de acordo com as necessidades dos homens, constituindo um mundo humano. Neste processo, Saviani (2005) afirma que educação e trabalho não se dissociam – são atributos essenciais do ser humano que se define pela racionalidade, o que denota uma não casualidade em relação à capacidade de trabalhar e educar.

O trabalho costura as diferentes formas de educação, nas diferentes formas de vida, no conjunto da história. A produção da existência pela transformação da natureza produz o próprio homem, o que denota um ato educativo de produzir-se a si mesmo no processo de trabalho. Assim, "A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem" (SAVIANI, 2005, p. 154).

Desse modo, a organização curricular do curso de Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica está estruturada à construção de conhecimento que articula teoria e prática, capacitando o estudante no domínio e uso dos conteúdos integrados teórica e praticamente ao seu cotidiano. O compromisso do processo

educativo é o desenvolvimento integral, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de destaque dos sujeitos envolvidos nesse processo.

7 CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES:

7.1 CRONOGRAMA DE AULAS[7]

QUADRO 1 – CRONOGRAMA DE AULAS

Semanas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1º semestre	Componente curricular 1				Componente curricular 2				Componente curricular 3				Componente curricular 4				Componente curricular 5			
2º semestre	Componente curricular 6				Componente curricular 7				Componente curricular 8				Componente curricular 9				Componente curricular 10			
3º semestre	Componente curricular 11				Componente curricular 12				Componente curricular 13				Período para finalização de TCC e defesa				Período para finalização de TCC e defesa			

Fonte : Do autor, 2019.

7.2 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO[8]

QUADRO 2 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CURSO

Mês	**Atividade de execução**
04, 05, 06, 07	Lançamento do Edital e Processo Seletivo
08	Matrícula
08, 09, 10, 11, 12	Primeiro semestre de aulas
01	Recesso Acadêmico
02, 03, 04, 05, 06	Segundo semestre de aulas
07	Recesso acadêmico

[7] Esse cronograma poderá ser alterado conforme necessidades do calendário acadêmico, mediante decisão do colegiado do curso.

[8] Esse cronograma poderá ser alterado conforme necessidades do calendário acadêmico, mediante decisão do colegiado do curso.

08, 09, 10, 11, 12	Terceiro semestre de aulas
11	Semana de defesa de TCC
01	Recesso acadêmico
02	Prazo limite para a defesa de TCC

Fonte : Do autor, 2019.

8 RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE

QUADRO 3 – RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Nome Completo	Formação	Titulação	Lotação ou Instituição de origem	Componente Curricular	Carga Horária	Curriculum Lattes Atualizado (Link)
Aline Fabiane Barbieri	Educação Física	Doutorado	IFPR-Pitanga	A interdisciplinaridade nas políticas educacionais brasileiras (obrigatória)	28h	http://lattes.cnpq.br/3335991644432934
Ana Paula Hilário Gregório	Química	Doutorado	IFPR-Pitanga	Abordagens metodológicas para o ensino de ciências (optativa)	28h	http://lattes.cnpq.br/2526787636411932
Cassiana Kissel	Engenharia de Alimentos	Doutorado	IFPR-Pitanga			http://lattes.cnpq.br/4420530260331791
Celso Fernando Claro de Oliveira	História	Doutorado	IFPR-Pitanga	Direitos Humanos e Diversidade na Escola (obrigatória) Mídias audiovisuais em sala de aula (optativa)	28h 28h	http://lattes.cnpq.br/2023354225634522
Daniel Rotella Cocco	Química	Mestrado	IFPR-Pitanga			http://lattes.cnpq.br/0143589755803738
Felipe Augusto Fernandes Borges	Pedagogia	Doutorado	IFPR-Pitanga	História e historiografia da Educação: fundamentos e métodos (obrigatória) Tópicos em Educação na Modernidade (optativa)	28h 28h	http://lattes.cnpq.br/3726142798236765
Fernando Ruy	Biologia	Doutorado	IFPR-Pitanga			http://lattes.cnpq.br/8673904720849177
Gustavo Leoni Bordin	Filosofia	Mestrado	IFPR-Pitanga	Discurso, saber e poder (obrigatória)	28h	http://lattes.cnpq.br/9403399217655483
José Hugo Leite Junior	Engenharia de Produção	Especialização	IFPR-Pitanga	Educação inclusiva (optativa)	28h	http://lattes.cnpq.br/2645629848851943
Juliana Bicalho de Carvalho Barrios	Pedagogia	Mestrado	IFPR-Pitanga	Educação não-escolar (optativa)	28h	http://lattes.cnpq.br/1717029560795041
Leila Cleuri Pryjma	Letras	Doutorado	IFPR-Pitanga	Neurociência e educação: como o cérebro aprende (optativa)	28h	http://lattes.cnpq.br/5052441188196242

				Profissionalidade docente: saberes necessários e identidade do professor do século XXI (optativa)	28h	
Leandro Delgado de Sousa	Informática	Mestrado	IFPR-Pitanga	Tecnologia na educação: inovação didática (obrigatória)	28h	http://lattes.cnpq.br/4302549160429649
Luciano Rudnik	Matemática	Mestrado	IFPR-Pitanga			http://lattes.cnpq.br/9353730069407404
Maicon Rogério de Souza	Física	Mestrado	IFPR-Pitanga	Trabalho de Conclusão de Curso (obrigatória)	24h	http://lattes.cnpq.br/5652257513045321
Marcio Miguel de Aguiar	Geografia	Doutorado	IFPR-Pitanga	Seminários de pesquisa (obrigatória) Interdisciplinaridade e produção do conhecimento (obrigatória)	28h 28h	http://lattes.cnpq.br/0979851705946053
Márcio Gonçalves dos Santos	Administração	Doutorado	IFPR-Pitanga	Libras (optativa)	28h	http://lattes.cnpq.br/6982128189916053
Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi	Pedagogia	Doutorado	IFPR-Pitanga			http://lattes.cnpq.br/1208049242048811
Tania Regina Rossetto	Artes	Doutorado	IFPR-Pitanga	A criação artística no processo educacional (obrigatória) Metodologia de Pesquisa (obrigatória)	28h 28h	http://lattes.cnpq.br/4072169518562105

Fonte: Do autor, 2022.

Há a possibilidade de um componente curricular ser ofertado por um, dois ou mais docentes.

8.1 GRUPOS DE PESQUISA (FORMAL OU INFORMAL) DO CORPO DOCENTE ELENCADO NO CURSO PROPOSTO

QUADRO 4 – GRUPOS DE PESQUISA (FORMAL OU INFORMAL) DO CORPO DOCENTE ELENCADO NO CURSO PROPOSTO

Grupo de Pesquisa	**Tipo do Grupo**	**Linhas de Pesquisa**	**Docentes**
Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Aplicada a Agroindústria	O grupo é formal, cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq	Avaliação e controle de qualidade de alimentos. Química, Física, Físico-Química e Bioquímica de	Marcio Miguel de Aguiar Maicon Rogério de Souza Daniel Rotella Cocco Wesley Renzi Fernando Ruy

		alimentos e das matérias primas alimentares.	Leandro Delgado de Souza Angélica de Sousa Hrykyk José Renato Marques Viana (IFPR - Cascavel) Marcelo Eduardo Russo (UFPR - Jandaia do Sul)
Representações Sociais, Subjetividade e Identidades	O grupo é formal, cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq	A pesquisa em representações sociais; Formação, identidade e profissionalização docente; Subjetividade, formação docente e Identidade	Angélica de Sousa Hrysyk Clayton Pereira de Sá, Felipe Augusto Fernandes Borges Juliana Valentini Leila Cleuri Pryjma Márcio Gonçalves dos Santos Vicente Estevãm Sandeski
Grupo de Pesquisas em História, Educação e Cultura - GPHECULT	O grupo é formal, cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq	História, Educação e Cultura	Felipe Augusto Fernandes Borges Celso Fernando Claro de Oliveira Tânia Regina Rossetto

Fonte: Do autor, 2022.

9 FUNCIONAMENTO DO CURSO

9.1 ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO

9.1.1 Período de inscrição: O processo seletivo está previsto para o período de abril a junho de cada ano, podendo ser alterado mediante o calendário acadêmico.

9.1.2 Pré-requisitos: Regidos por edital específico.

9.1.3 Etapas de seleção/avaliação:

(X) Prova

(X) Entrevista

(X) Currículo

(X) Experiência

(X) Outros: Sorteio público de vagas

Observação: As formas e etapas de seleção serão definidas pelo colegiado do curso a cada abertura de turma, podendo ser feita a opção por uma ou mais formas e etapas acima descritas.

10 METODOLOGIA DE TRABALHO E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTUDANTE

O acompanhamento da aprendizagem ocorre de maneira processual, ao longo de cada componente curricular, observando a coerência com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96 e com a Resolução nº 50/2017, que trata do sistema de avaliação de aprendizagem do IFPR (BRASIL, 1996; IFPR, 2017). Considerando que, para ser aprovado os estudantes necessitam de, no mínimo, 75% de frequência sobre a carga horária de cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem apresenta prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos. Para tanto, a avaliação centra-se no processo e na produção desenvolvida. No decorrer do processo educativo é reputado a participação efetiva dos integrantes, a assiduidade, a pontualidade, o envolvimento nos trabalhos e nas discussões. A retomada dos conteúdos ocorre de forma concomitante, sempre que observado a necessidade no decorrer do processo.

Os meios para operacionalização da avaliação nos componentes curriculares poderão ser: avaliações escritas ou orais, resenhas, seminários, trabalhos de campo, demonstração de técnicas em laboratório, trabalhos escritos, trabalhos práticos e/ou quaisquer outros que o docente considerar pertinente e prever em seu plano de ensino do componente curricular, desde que esteja de acordo com o procedimento de avaliação do IFPR.

O requisito para a aprovação nos componentes curriculares será a obtenção dos conceitos A (aprendizagem plena), B (aprendizagem parcialmente plena) ou C (aprendizagem suficiente). O aluno será considerado reprovado quando não atingir igual ou superior a C. O conceito D (insuficiente) implicará em reprovação. A frequência mínima obrigatória é de 75% da carga horária de cada componente curricular de modo que a frequência inferior a essa porcentagem implicará na reprovação do aluno.

Caso o discente reprove em um componente curricular obrigatório, poderá cursá-lo, novamente, quando o mesmo for ofertado para a turma subsequente. No caso de reprovação em um componente curricular optativo, o discente poderá cursar outro (não precisando ser necessariamente o mesmo em que reprovou) também com a turma subsequente.

O estudante terá o prazo mínimo de 18 e máximo de 24 meses para conclusão do curso. Após esse período, o estudante será desligado do curso.

11 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES

O aproveitamento de estudos será feito mediante o reconhecimento da identidade ou equivalência entre componentes curriculares, suas cargas horárias e ementas, totalizando, no mínimo, 75% de similaridade entre as ementas.

São passíveis de aproveitamento os estudos realizados em outro curso de pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*). Não terão validade e não poderão ser aproveitados estudos feitos em cursos livres ou em estabelecimentos que funcionam sem a devida autorização legal.

A análise do aproveitamento e revalidação dos componentes curriculares ficará a cargo do Colegiado do Curso, tendo como base a legislação vigente dos cursos de Pós-Graduação do IFPR.

Os documentos que deverão ser apresentados para a análise do aproveitamento de estudos no ato da matrícula são:

a) histórico escolar original ou documento equivalente que ateste os componentes curriculares cursados, a respectiva carga horária, a nota ou o conceito, e o período letivo de integralização;

b) cópia autenticada pela Instituição de origem das ementas dos componentes curriculares cursados e aprovados, constantes no histórico escolar;

c) documento expedido pela Instituição de origem em que conste o número e a data do ato de autorização ou reconhecimento do curso.

Para os componentes curriculares cursados em Pós-Graduação no IFPR poderão ser dispensados os documentos originais ou cópias autenticadas.

O aproveitamento de componentes curriculares não poderá exceder 30% (trinta) da carga horária total do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos deverá ser efetuado na Secretaria Acadêmica do IFPR - Campus Pitanga, no ato da matrícula, acompanhado dos documentos citados anteriormente.

Demais critérios de aproveitamento de estudos anteriores seguirão o disposto na Resolução nº 55, de 21 de dezembro de 2011 – Consup/IFPR (IFPR, 2011).

12 ELABORAÇÃO E ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os critérios, procedimentos e mecanismos de construção e avaliação do TCC, bem como técnicas relacionadas à sua elaboração estão presentes no Regulamento específico do Trabalho de Conclusão de Curso, anexado a esse PPC.

13 CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO NO CURSO

O curso prevê o aprofundamento e a ampliação dos conhecimentos específicos no campo de atuação dos diferentes profissionais da educação, a partir de uma concepção da educação como um processo de formação integral do sujeito.

A proposta busca estimular a crítica, o diálogo e a reflexão dos profissionais em atuação nos diferentes níveis de escolarização e nas variadas atividades profissionais vinculadas à educação, na busca da qualificação e inovação do trabalho e da prática docente sob as perspectivas Conceitual, Ético-política, Pedagógica, Profissional, Filosófica e de domínio de diferentes Linguagens.

Busca-se contribuir com a formação de um profissional ético, criativo, crítico, reflexivo, autônomo, comprometido com o desenvolvimento do contexto social em que está inserido. Nesse sentido, o egresso deverá saber identificar, selecionar e organizar, de forma autônoma e coerente os objetivos educacionais fundamentais de sua área de atuação.

14 CERTIFICADOS E GRAUS ACADÊMICOS OBTIDOS

A obtenção do **grau de especialista** será concedida ao estudante que cumprir todos os critérios de aprovação previstos no PPC.

15 QUADRO DE DISCIPLINAS

QUADRO 5 – QUADRO DE DISCIPLINAS

Componentes Curriculares	**Carga horária total (h)/Créditos**
A criação artística no processo educacional	28h

A interdisciplinaridade nas políticas educacionais brasileiras	28h
Abordagens metodológicas para o Ensino de Ciências	28h
Direitos Humanos e Diversidade na Escola	28h
Discurso, saber e poder	28h
Tópicos em Educação na Modernidade	28h
Educação inclusiva	28h
Educação não-escolar	28h
História e historiografia da Educação: fundamentos e métodos	28h
Interdisciplinaridade e produção do conhecimento	28h
Libras	28h
Metodologia de Pesquisa	28h
Mídias audiovisuais em sala de aula	28h
Neurociência e educação: como o cérebro aprende	28h
Profissionalidade docente: saberes necessários e identidade do professor do século XXI	28h
Seminários de pesquisa	28h
Tecnologia na educação: inovação didática	28h
Trabalho de Conclusão de Curso	24h

Fonte: Do Autor, 2022.

16 QUADRO SINÓTICO DA MATRIZ CURRICULAR

O curso terá vigência total de 18 meses, período em que deverão ser desenvolvidas as atividades de integralização dos componentes curriculares, preparação e defesa do trabalho final de conclusão de curso (TCC). Será ofertado em formato de módulos que comportarão componentes curriculares obrigatórios e optativos, elencados sob a forma de três núcleos centrais: Núcleo Didático-Pedagógico; Núcleo Teórico-Metodológico; Núcleo Atividades Acadêmicas e Práticas Interdisciplinares.

Considerando o caráter plural do curso e do público atendido, será oportunizado ao pós-graduando a flexibilização curricular por meio da oferta de disciplinas optativas, complementares às obrigatórias, dentre as quais poderá eleger as mais significativas para o

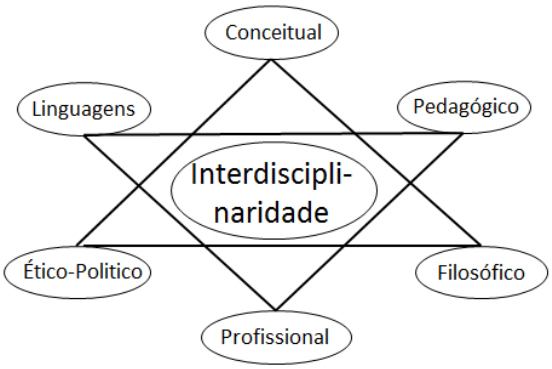
desenvolvimento de sua pesquisa. Portanto, serão ofertados 10 componentes curriculares obrigatórios (9 de 28 horas e 1 de 24 horas) e mais 8 optativos (de 28 horas cada). Considerando que são necessários 3 componentes curriculares optativos para a integralização das 360 horas obrigatórias do curso, 5 componentes optativos poderão não ser ofertados.

Conforme o §1º do Art. 14 da Resolução CONSUP/IFPR nº 9, de 13 de maio de 2014, "os cursos de especialização voltados à capacitação docente devem apresentar módulo que verse sobre metodologia de pesquisa e, minimamente, oitenta horas de disciplinas didático-pedagógicas" (IFPR, 2014).

A integralização curricular contabilizará 360 horas totais, sendo estas reservadas aos componentes curriculares obrigatórios e optativos, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração de monografia ou trabalho de conclusão de curso, de acordo com o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 (BRASIL, 2007).

Os componentes curriculares presentes nos núcleos se articulam e se complementam, dando origem a uma matriz curricular que orbita a Interdisciplinaridade e se expressa sob seis dimensões fundamentais presentes na formação do pós-graduando:

FIGURA 4 - MATRIZ CURRICULAR



Fonte: Do autor, 2022.

O desenvolvimento de cada componente curricular busca a mobilização dessas

diferentes dimensões da formação docente na superação da perspectiva disciplinar do processo educacional.

Cada docente trabalhará sua disciplina de forma a construir o conhecimento educacional teórico e prático, pautando-se em relações dialógicas com os contextos educacionais formais ou informais, com os processos educacionais e na produção do conhecimento sob uma perspectiva interdisciplinar a partir das duas linhas de pesquisa do curso: currículo e trabalho docente e produção do conhecimento e cultura.

QUADRO 6 – QUADRO DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS E DOCENTE RESPONSÁVEL.

Componentes Curriculares			**Tipo de disciplina**	**Carga Horária/Créditos**
Núcleo Teórico-Metodológico	A interdisciplinaridade nas políticas educacionais brasileiras	Aline Fabiane Barbieri	Obrigatória	28h
	Direitos Humanos e Diversidade na Escola	Celso Fernando Claro de Oliveira	Obrigatória	28h
	Mídias audiovisuais em sala de aula	Celso Fernando Claro de Oliveira	Optativa	28h
	Discurso, saber e poder	Gustavo Leoni Bordin	Obrigatória	28h
	História e historiografia da Educação: fundamentos e métodos	Felipe Augusto Fernandes Borges	Obrigatória	28h
	Tópicos em Educação na Modernidade	Felipe Augusto Fernandes Borges	Optativa	28h
	Interdisciplinaridade e produção do conhecimento	Marcio Miguel de Aguiar	Obrigatória	28h
	Neurociência e Educação – Como o cérebro aprende	Leila Cleuri Pryjma	Optativa	28h
	Profissionalidade docente: saberes necessários e identidade do professor do século XXI	Leila Cleuri Pryjma	Optativa	28h
Núcleo Didático-Pedagógico	A criação artística no processo educacional	Tania Regina Rossetto	Obrigatória	28h
	Abordagens metodológicas para o ensino de ciências	Ana Paula Hilário Gregório	Optativa	28h
	Educação não-escolar	Juliana Bicalho de Carvalho Barrios	Optativa	28h
	Educação inclusiva	José Hugo Leite Junior	Optativa	28h
	Tecnologia na educação: Inovação didática	Leandro Delgado de Souza	Obrigatória	28h

Atividades acadêmicas e práticas interdisciplinares	Libras	Márcio Gonçalves dos Santos	Optativa	28h
	Metodologia de Pesquisa	Tania Regina Rossetto	Obrigatória	28h
	Seminários de pesquisa	Marcio Miguel de Aguiar	Obrigatória	28h
	Trabalho de Conclusão de Curso	Maicon Rogério de Souza	Obrigatória	24h
			Carga Horária Total do Curso	360 horas

Fonte: Do autor, 2022.

16.1 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES ELENCADOS NA MATRIZ CURRICULAR

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica
Componente Curricular: A criação artística no processo educacional
Carga Horária/Crédito(s): 28 horas
2 – EMENTA Arte e contextualização social e histórica na construção do conhecimento artístico. Arte como trabalho criador. Encaminhamentos teóricos e metodológicos dos processos de criação artística voltados para a educação básica. Articulação entre teoria e prática.
3 – Objetivos do Componente Curricular (geral e específicos) Objetivo Geral: Conceber a Arte como área de conhecimento necessário à constituição do ser humano. Objetivos Específicos: Discorrer sobre a construção histórica e social da Arte. Abordar a Arte como uma das categorias do trabalho essencialmente criador. Apresentar encaminhamentos teóricos e metodológicos dos processos de criação artística voltados para a educação básica. Articular teoria e prática por meio do desenvolvimento de propostas de criação artística.
4 – Métodos de Avaliação A avaliação é entendida como forma de aprimorar as ações propostas pelo componente. Apresenta prática diagnóstica e processual com ênfase nos aspectos qualitativos, centra-se no processo e na produção desenvolvida. Os critérios avaliativos consideraram avanços e dificuldades, priorizando a eficiência do processo educativo, inferindo ajustes necessários para a apropriação do conteúdo proposto. No decorrer do processo é requisitada a participação efetiva dos integrantes, a assiduidade, a pontualidade, o envolvimento nos trabalhos e nas discussões. Na produção, os estudantes devem apresentar elaboração prática articulada à teoria, sistematizada em apresentações de trabalhos e avaliações individuais e em grupo: seminários, portfólios, resenhas, artigos, entre outros. O acompanhamento da aprendizagem ocorre de maneira processual, ao longo do curso, observando a coerência com a LDBEN n. 9394/96 e pautada na Resolução nº 50/2017 (IFPR, 2017) que trata do sistema de avaliação de aprendizagem do IFPR. Todo o material produzido em aula será avaliado,

considerando a elaboração do conhecimento dos integrantes por meio das atividades propostas. A retomada dos conteúdos ocorre de forma concomitante, sempre que observado a necessidade no decorrer do processo.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

FISCHER, Ernst. **A necessidade da arte.** 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, LTC, c1987.
GOMBRICH, E. H. **A história da arte.** 16. ed., rev. e aum. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
OSTROWER, Fayga. **Acasos e criação artística.** 1. ed. Campinas: Unicamp, 2013.
OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação.** 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
OSTROWER, Fayga. **Universos da arte.** Campinas: Unicamp, 2013
STRICKLAND, Carol; BOSWELL, John. **Arte comentada:** da pré-história ao pós-moderno. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBOSA, Ruy Madsen. **Descobrindo padrões em mosaicos**. 4. ed. São Paulo: Atual, 1993.
KANDINSKY, Wassily. **Do espiritual na arte:** e na pintura em particular. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
PEDROSA, Israel. **Da cor à cor inexistente.** 10. ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010.
PEIXOTO, Maria Inês Hamann. **Arte e grande público:** a distância a ser extinta. Campinas: Autores Associados, 2003. (Polêmicas do Nosso Tempo; 84).
VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Imaginação e criação na infância**: ensaio psicológico. Apresentação e comentários Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.
VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica.** 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 561 p. (Textos de psicologia).

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: A interdisciplinaridade nas políticas educacionais brasileiras

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

A análise de documentos de políticas. Políticas públicas e políticas educacionais. O público e privado na educação. O neoliberalismo e as políticas educacionais. As agências multilaterais. A legislação educacional brasileira. A interdisciplinaridade nos documentos de política educacional.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

Objetivo Geral

- Compreender como o princípio da interdisciplinaridade está inserido no campo das políticas educacionais brasileiras, a luz das determinações do mundo do trabalho.

Objetivos Específicos

- Compreender os conceitos básicos do campo das políticas públicas, tais como o de documentos de políticas, Estado, políticas públicas, políticas sociais, políticas educacionais, políticas de Estado e políticas de governo.
- Conhecer o ideário neoliberal, as principais escolas neoliberais e os seus teóricos representantes.
- Identificar as proposições do neoliberalismo para o campo das políticas educacionais.
- Reconhecer a importância das agências internacionais para a propagação do ideário neoliberal.

- Identificar os principais documentos que compõem a política educacional brasileira para a educação básica e as suas proposições em relação a interdisciplinaridade.

4 – Métodos de Avaliação

A avaliação do trabalho escolar será contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos e o desempenho do estudante no decorrer do componente curricular.

As avaliações e estudos de recuperação serão planejados e desenvolvidos pelo professor do componente curricular e terão como princípio norteador a autonomia didático/metodológica de modo que este defina qual metodologia e instrumentos avaliativos serão os mais adequados.

Poderão ser utilizados os seguintes instrumentos e procedimentos de avaliação: a) teste escrito e/ou oral; b) seminários; c) trabalhos individuais ou em grupos; d) desempenho, interesse, participação e assiduidade às aulas, participação nas atividades relacionadas à disciplina, interação e atitudes respeitosas; e) apresentação de seminários; f) resenhas, entre outros. De acordo com as normas da Instituição, os alunos receberão os conceitos A, B, C ou D nos períodos determinados pelo IFPR e no final do conteúdo de cada área curricular, segundo a Resolução nº50 - IFPR.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

MANGINI, F. N. R. **A interdisciplinaridade nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio**. 2010. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93673. Acesso em: 14 jun. 2019.

NOMA, A. K.; BARBIERI, A. F. Estado, governo e políticas na transição do século XX para o XXI. In: NOMA, Amélia Kimiko; TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut (Orgs.). **Políticas públicas e educação escolar no Brasil**. Maringá: EDUEM, 2017.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez. 2005. Disponível em: http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/Decifrar-textos-para-compreender-a-pol%C3%ADtica-subs%C3%ADdios-te%C3%B3rico-metodol%C3%B3gicos-para-an%C3%A1lise-de-documentos.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano 22, n. 75, p. 15-32, ago. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a03.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. Edição Especial. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/TVLjsSNcwyChwwYkxtGX7YD/?lang=pt. Acesso em: 14 jun. 2019.

NOMA, A. K.; OLIVEIRA, C. M.; BOIAGO, D. L. *et al*. O protagonismo de organizações multilaterais na construção de agenda global para a educação nos anos 1990. In: SEMINÁRIO

NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS, 5., 2011. Cascavel. **Anais** [...] Cascavel, 2011. p. 1-15. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_politicas_educacionais/O_protagonismo_organizacoes_multilaterais_construcao_agenda.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Direitos Humanos e Diversidade na Escola

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

História, teorias, conceitos e debates interdisciplinares em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e suas diretrizes. Educação para as relações étnico-raciais. Lei 10.639/2003; história e cultura da África e Afro-brasileira em perspectiva interdisciplinar. Conceitos de raça, cor, etnia/étnico. Racismo no Brasil; preconceito, discriminação e segregação. Lei 11.645/2008 e seu contexto social; educação interdisciplinar referente à história e cultura indígenas no Brasil. Conceitos de gênero e sexualidade; diversidade sexual e de gênero; feminismos e movimentos sociais.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

Geral

- Estimular a formação da consciência teórica e crítica de que os direitos humanos formam parte da estrutura básica do processo democrático sendo uma plataforma de garantias essenciais para o exercício da cidadania, afirmando o papel da educação como canal para vencer preconceitos e sobrepujar desigualdades profundamente enraizadas na sociedade brasileira.

Específicos:

- Compreender a Educação como instrumento para a efetivação do conjunto de garantias incluídos na plataforma de Direitos Humanos.
- Abordar as noções de gênero, etnia e raça, proporcionando uma reflexão em torno da condição do negro, da mulher, da população LGBT, das comunidades indígenas e quilombolas no Brasil.
- Conhecer as leis protetivas e os direitos da criança e do adolescente assim como seus mecanismos de garantia e promoção em relação ao sistema internacional de Direitos Humanos.
- Aprender que a base para a construção de sociedades livres e democráticas exige as garantias da vida e da dignidade da pessoa humana.
- Contribuir para a construção da identidade docente e da prática pedagógica no espectro dos Direitos Humanos como atividade constante na docência.

4 – Métodos de Avaliação

Tendo a avaliação caráter permanente e diagnóstico, como parte do processo de ensino e de aprendizagem, esta poderá ser realizada mediante atividades diversas tais como: leitura, compreensão e síntese dos tópicos abordados; avaliações; propostas de diálogos, debates e exposição oral de conclusões via seminário ou trabalhos em grupo, além do registro escrito por meio de textos ou respostas de questionamentos. A pesquisa e as leituras complementares serão incentivadas, podendo ser apresentadas como forma de avaliação. A participação do aluno ouvindo, questionando, argumentando, assim como sua postura respeitosa e acadêmica, são pontos fundamentais da avaliação. Os resultados serão apresentados a cada trabalho, sendo explicitado o diagnóstico feito pelo docente. De acordo com as normas da Instituição, os alunos receberão os conceitos A, B, C ou D nos períodos determinados pelo IFPR e no final do conteúdo de cada área curricular.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel H. Dalla; XAVIER, Maria Luisa M. (Org.). **Povos indígenas & educação.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.
BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Cidadania, um projeto em construção:** minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012. 147 p. (Coleção agenda brasileira).
CANDAU, V. M. F. **Somos todos/as iguais?:** escola, discriminação e educação em direitos humanos. São Paulo: Lamparina, 2012.
CANDAU, Vera Maria et al. (org.). **Educação em direitos humanos e formação de professores(as).** São Paulo: Cortez, 2013. (Docência em formação: saberes pedagógicos).
CARDOSO, Maurício; CERENCIO, Priscilla (org.). **Direitos humanos:** diferentes cenários, novas perspectivas. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.
COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenilda Brito. **A implementação das Leis 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e o impacto na formação de professores**. Juiz de Fora: Educação em Foco, v.21, n.3, set./dez. 2016, p. 573-606.
DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro**: um panorama analítico. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 148, 2013, p. 302-327.
DELGADO, Ana Luiza de Menezes. **Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos**. Brasília: Enap, 2016.
ENGELMANN, Fabiano; MADEIRA, Lígia Mori. **A causa e as políticas de direitos humanos no Brasil**. Salvador: Caderno CRH [online]. 2015, v. 28, n. 75, p. 623-637.
HERNANDEZ, Leila M. G. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.
HUNT, Lynn Avery. **A invenção dos direitos humanos:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
MARÇAL, José Antonio; LIMA, Silvia Maria Amorim. **Educação escolar das relações étnico-raciais:** história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2015.
MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. **Corpo, gênero e sexualidade.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013. 120 p. (Projetos & práticas pedagógicas).
MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** 2. ed. São Paulo: Global, 2016. 224 p. (Para entender).
PIMENTEL, Spensy. **O índio que mora na nossa cabeça:** sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. São Paulo: Prumo, 2012.
SILVA, Eduardo Faria; GEDIEL, José Antônio Peres; TRAUCZYNSKI, Silvia Cristina (org.). **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba: Editora Universidade Positivo, 2014.
SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al*. **Educação em direitos humanos**: fundamentos teóricos metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2017.
SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. **Cidadania e direitos humanos**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, nº. 104, 1998, p. 39-46.
STROMQUIST, Nelly P. **Políticas públicas de Estado e eqüidade de gênero**: Perspectivas comparativas. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, nº 1, jan./abr. 1996, p. 27-49.
WITTMANN, Luísa Tombini (Org). **Ensino (d)e história indígena.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AFONSO, Germano (Org). **Ensino de História e cultura indígenas.** Curitiba: InterSaberes, 2016 305 p. (Dialógica).
DUNKER, Christian Ingo Lenz; RODRIGUES, Ana Lucilia (Coord.). **História, gênero e sexualidade.** São Paulo: nVersos, 2015. 140 p. (Cinema e psicanálise; 5).

FERNANDES, Angela Viana Machado. PALUDETO, Melina Cesari. Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 30, n. 81, p. 233-249, mai.-ago. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KYK3qM4zNL6zvZdHb54pzft/?lang=pt. Acesso em: 14 jun. 2019.
GÊNERO e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília : SPM, 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.unifaccamp.edu.br%2Fgraduacao%2Fletras_portugues_ingles%2Farquivo%2Fpdf%2Fgde.pdf&clen=1570859&chunk=true. Acesso em 14 jun. 2019.
GOMES, Mercio Pereira. **Os índios e o Brasil:** passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012.
GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. **Classes, raças e democracia.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Juntos na aldeia.** 4. ed. São Paulo: Berlendis & Vertecchia Editores, 2011. 47 p. (Coleção Pawana)
LOPES, Nei. **Bantos, Malês e identidade negra**. Belo Horizonte, Autêntica. 2006.
LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
MARTINS, Luci Helena Silva. **Direitos Humanos e Democracia**. O desafio do "direito a ter direitos". Serviço Social em Perspectiva, v. 2, p. 602-616, 2018.
MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa**: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.117, p.197-217, nov. 2002.
MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa no ensino superior**: entre a excelência e a justiça racial. Educação e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 88, p.757-776, out. 2004.
MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).** São Paulo: Paulinas, 2012. 230 p. (Coleção educação em foco : educação, história e cultura).
PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **Cadernos temáticos:** educação escolar indígena. Curitiba: SEED, 2008
PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **Experiências pedagógicas de professores Guarani e Kaingang.** Curitiba: SEED-PR, 2010. 120 p. (Cadernos Temáticos da diversidade).
SILVA, Giovani José da. **Histórias e culturas indígenas na educação básica.** São Paulo: Autêntica, 2018 152 p. (Práticas docentes).
VIANNA, Cláudia P.; UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil**: 1988 - 2002. Cadernos de Pesquisa, vol.34, nº121, São Paulo Jan./Abr. 2004.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica
Componente Curricular: Discurso, saber e poder
Carga Horária/Crédito(s): 28 horas
2 – EMENTA Aspectos filosóficos da linguagem. Fundamentos da análise do discurso e suas perspectivas teóricas e metodológicas. A produção dos discursos ditos verdadeiros. O poder e o saber do conhecimento científico. Saber e poder disciplinar nas instituições educacionais. A formação do objeto de conhecimento pelo viés interdisciplinar.
3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos) Objetivo geral - Compreender as relações sociais e a produção do saber como relações de poder.

Objertivos específicos
- Apresentar e discutir os fundamentos, conceitos, métodos da Análise do Discurso;
- Reconhecer a constituição do discurso enquanto prática social;
- Instrumentalizar a prática de análise discursiva;
- Compreender os processos de disciplinarização nas instituições educacionais.

4 – Métodos de Avaliação

A Aprendizagem Plena do discente dependerá da clareza, objetividade e coerência com que expõe suas ideias nos instrumentos avaliativos, bem como no domínio teórico e conceitual do conteúdo trabalhado. Também será levado em consideração a pontualidade e organização na entrega das atividades desenvolvidas. Será considerada Aprendizagem Parcialmente Plena aquela em que o discente não apresentar um dos critérios acima citados. Para a aprendizagem ser considerada satisfatória, o discente deverá demonstrar domínio teórico e conceitual do conteúdo trabalhado. Quanto aos instrumentos de avaliação, o discente será avaliado a partir da participação nas dinâmicas de trabalhos em grupos e/ou individuais desenvolvidos dentro ou fora da sala de aula. As avaliações poderão ter questões dissertativas. Também poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação apresentação de seminários e debates em sala de aula.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTA, Claudio Ferreira. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 61 p. (Coleção passo a passo ; 5).
FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 74 p. (Leituras filosóficas).
FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 159 p. (Filô/Margens).
DELEUZE, Gilles. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica.** 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. 551p. (Coleção estudos; 61 Filosofia).
FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2018.
ORLANDI, Eni P**. Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Educação inclusiva

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

Conceito de acessibilidade, mobilidade. Design universal. Cidadania e direitos civis relacionados à mobilidade. Layouts comprometidos com a acessibilidade.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)
Geral:
Conceituar Acessibilidade, Mobilidade, Desenho Universal e definir Portadores de Necessidades Especiais.
Específicos:
Dar subsídios ao desenvolvimento de escolas acessíveis;
Conscientizar e sensibilizar quanto à cidadania e direitos relacionados à mobilidade.

4 – Métodos de Avaliação
Método de avaliação seguirá os parâmetros da RESOLUÇÃO Nº 50 DE 14 DE JULHO DE 2017- Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050/2020**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum_ifpr/biblioteca/index.php. Acesso em: Acesso em: 14 jun. 2019.
BARANAUSKAS, M. C. C.; MANTOAN, M. T. E. (2001). "Acessibilidade em ambientes educacionais: para além das guidelines". **Rev. Online da Bibl. Prof. Joel Martins**, v. 2, n. 2, p.13-23, fev. 2001. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1068/1083. Acesso em 14 jun. 2019.
BRASIL. **Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm . Acesso em 14 jun. 2019.
BRASIL. **Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em 14 jun. 2019.
ARAUJO, D. A. L. **A proteção constitucional das pessoas com deficiência**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default /files/publicacoes/aprotecao-constitucional-das-pessoas-com-deficiencia_0.pdf. Acesso em 14 jun. 2019.
BRASIL. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Brasília, 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em 14 jun. 2019.
BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília, 2016.
FRANCISCO, P. C. Moura; MENEZES, A. M. **Design universal, acessibilidade e espaço construído**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: www.fumec.br/revistas/construindo/article/ download/1763/1129. Acesso em: 14 jun. 2019.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Direito fundamental à acessibilidade: aula 1, apresentado por Karina Jaques. **Programa Saber Direito Conteúdo Juridico**, Brasilia-DF: 18 jun. 2012, 20:27. Disponível em: https://conteudojuridico.com.br/consulta/aulas em vídeo/29582/direito-fundamental-a-acessibilidade-karina-jaques-aula-1-programa-saber-direito. Acesso em: 14 jun. 2019.

SILVA, Aida Maria Monteiro; COSTA, Valdelúcia Alves da (org.). **Educação inclusiva e direitos humanos:** perspectivas contemporâneas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 189 p. (Coleção Educação em direitos humanos).
SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão**. out. 2005. p. 7-19. chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fseesp%2Farquivos%2Fpdf%2Frevistainclusao1.pdf&clen=2071356&chunk=true. Acesso em: 14 jun. 2019.
PARANÁ. Secretaria da Educação. Inclusão Educacional. **Dia a Dia Educação**. Curitiba, [2013?]. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=282. Acesso em: 14 jun. 2019.
GODINHO, B. A. Francisco; Engenharia de Reabilitação. Vila Real, Portugal. 2010, s. p. Disponível em: http://www.engenhariadereabilitacao.net/estudos /h_Acessibilidade.php.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: História e historiografia da Educação: fundamentos e métodos

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

Teorias e métodos de pesquisa em História da Educação. Produção historiográfica na área da Educação.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

Objetivo Geral

- Compreender teorias e métodos de produção historiográfica na área da Educação.

Objetivos Específicos

- Compreender especificidades de trabalho com fontes e documentos no campo da História da Educação;
- Empreender exercícios de pesquisa e interpretação de fontes;
- Debater teorias e métodos do campo da História da Educação;

Entender práticas educacionais em seus contextos sócio-históricos.

4 – Métodos de Avaliação

Será considerada a efetiva participação do aluno das discussões em aula, poderá haver seminários sobre temas específicos da disciplina e, por fim, a produção de um material escrito (artigo científico, resumo expandido, resenha ou discussão de material específico, etc) trabalhando os temas elencados durante o componente curricular.

5 – REFERÊNCIAS BÁSICA

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 65 – 119
COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (orgs). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. Disponível em: http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1811. Acesso em: 14 jun. 2019.
STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil:** vol I: séculos XVI-XVIII. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 7. ed. rev. São Paulo: Unicamp, 2013.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. 472 p. (Coleção memória da educação).
SCHELBAUER, Analete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (orgs). **Educação em debate:** perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2006.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Interdisciplinaridade e produção do conhecimento

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

A dimensão interdisciplinar do conhecimento na educação básica. Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. Educação e interdisciplinaridade. Concepções da interdisciplinaridade na organização curricular.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

Geral:
Discutir a dimensão interdisciplinar do conhecimento escolar na educação básica.
Específicos:
Analisar o surgimento histórico da Interdisciplinaridade;
Identificar as diferentes concepções de interdisciplinaridade;
Compreender o papel da interdisciplinaridade na produção do conhecimento;

4 – Métodos de Avaliação

A avaliação será compreendida enquanto um processo, direcionada à interpretação da aprendizagem por parte dos alunos mas também de seu processo de desenvolvimento.

4.1 Instrumentos

O aluno deverá ser avaliado a partir da participação nas dinâmicas de trabalhos em grupos e/ou individuais desenvolvidos em sala de aula; Provas dissertativas; Resenhas e sínteses de textos e/ou livros; Dinâmicas de trabalhos em grupos e individuais; Apresentação de seminários;
Obs.: Os tipos de avaliação podem ser modificados caso haja necessidade ao longo do ano letivo.

4.2 Critérios

- Clareza, lógica, objetividade e coerência na exposição de ideias;
- Domínio teórico e conceitual do conteúdo trabalhado;
- Criatividade e uso adequado dos conceitos científicos;
- Organização e pontualidade na entrega e/ou apresentação de trabalhos e atividades desenvolvidas em sala de aula;

- Uso das normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) em todos os trabalhos escritos propostos.
Obs. A avaliação ocorrerá de forma contínua, somatória e diagnóstica.

5 – REFERÊNCIAS

DEMO, P. Conhecimento e aprendizagem não linear. In: _____ . **Complexidade e Aprendizagem**. São Paulo: Atlas, 2008. p.???
FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Rev. Ideação**. v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143. Acesso em 14 jun. 2019.
HESSEN, J. O critério de verdade. In: _____ **Teoria do Conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
POMBO, O. Epistemologia da Interdisciplinaridade. **Ideação**, v. 10, n. 1, p. 9–40, 2010. DOI: 10.48075/ri.v10i1.4141. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141. Acesso em: 14 jun. 2019.
THIESEN, J. da S. A interdisciplinaridade como movimento articulador no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 39, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010. Acesso em: 14 de jun. 2019.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. 348 p. (Debates ; Política 64).
BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico:** contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Unesp, 1994.
CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. ***Teoria & Educação***. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
DELIZOICOV, D.; ZANETIC, J. A proposta de interdisciplinaridade e seu impacto no ensino municipal de 1º grau. In: CITELLI, Adilson et al. **Ousadia no diálogo:** interdisciplinaridade na escola pública. São Paulo: Loyola, 2002. p. 9-15. (Práticas pedagógicas ; 5).
FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 13. ed. São Paulo: Papirus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
FAZENDA, Ivani (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.
NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto, 1995.
SHULMAN, L. S. Conocimiento y enseñanza: fundamentos de la nueva reforma. **Profesorado**. Revista de Currículum y Formación del Profesorado. Granada-España, ano 9, n. 2, p. 1-30, 2005b. Disponível em: http://www.ugr.es/local/recfpro/rev92art1.pdf.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Libras

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

Conceituação e fundamentos da Língua Brasileira de Sinais. Cultura e Identidade surda. LIBRAS: Sinalização básica e Construção de cenas.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)
Geral
Instrumentalizar os alunos dos pressupostos básicos fundamentais da Língua Brasileira de Sinais;
Específicos:
i) Compreender a legislação brasileira e os fundamentos básicos da Língua Brasileira de Sinais;
ii) Identificar os elementos básicos que caracterizam a cultura e a identidade surda;
iii) Aprender os sinais e as estruturas básicas da comunicação em LIBRAS.

4 – Métodos de Avaliação
A avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e somativa, conforme o que estabelece as normas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos cursos do IFPR. Os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos e expressos por conceitos, sendo:
I – Conceito A – Quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
II – Conceito B – Quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, como critérios propostos no plano de ensino.
III – Conceito C – A aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir objetivos propostos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
IV – Conceito D – A aprendizagem do discente for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

Instrumentos avaliativos e critérios de avaliação

Instrumentos avaliativos	**Conteúdos**	**Critérios avaliados**	Conceitos		
			A	**B**	**C**
1. Discussões sobre os aspectos legais e teóricos	Lei 10.436/2002 Decreto 5.626/2005 Cultura e Identidade Surda Metodologias na Educação de Surdos	1. Compreensão e domínio de conteúdo	Descreve com propriedade os direitos dos surdos, seus elementos culturais e identitários e consegue exemplificar ações metodológicas para o ensino do surdo	Conhece os direitos dos surdos, compreendeu parcialmente os elementos culturais e identitários dos surdos e associa as metodologias de educação de surdos com ações pedagógicas a serem utilizadas na educação de surdos	Descreve alguns direitos legais dos surdos, compreende satisfatoriamente e alguns elementos culturais e identitários ou compreende algumas metodologias utilizadas, mas não se apropriou da essência e do significado delas para a educação de surdos
2. Prática de sinalização e construção de cenas	Parâmetros da Língua de Sinais; Interpretação de frases; Construção de cenário;	2. Esforço e adequação na realização das atividades	Demonstra espontaneidade na execução das atividades; Compreende a formação dos sinais e as	Apresenta interesse na execução das atividades necessitando de motivação para fazê-lo;	Apresenta pouco interesse na realização das atividades; Compreende parcialmente a formação dos

	Dramatizações contextualizadas		aplicações corretas na interpretação	Compreende a formação dos sinais e aplica-os com poucos erros na interpretação	sinais e apresenta dificuldades na interpretação

5 – REFERÊNCIAS BÁSICA

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais.** 5. ed. Brasília: Senac-DF, 2020.
CAPOVILLA, Fernando César et al. **Dicionário da Língua de Sinais do Brasil:** a libras e suas mãos. São Paulo: EDUSP, 2017. 3 v.
HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinai**s: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008. 3 v.
PEREIRA, M. C. C. **Libras**: conhecimento além dos sinais**.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 127 p.
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. **Material de apoio para o aprendizado de libras.** São Paulo: Phorte, 2011.
GESSER, Audrei. **Libras?:** que língua é essa? : crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 87 p. (Estratégias de ensino ; 14).
RODRIGUES, D. (Org). **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.
SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem:** aspectos e implicações neurolinguísticas. 5. ed., rev. e atual. São Paulo: Plexus, 2015.
STROBEL, K.L. et all. **Falando com as mãos.** Curitiba: Secretaria do Estado de Educação, 1998.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Metodologia de Pesquisa

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA
Teoria e Prática científica: modalidade e metodologias de pesquisa científica. As modalidades de trabalho científico. Projeto de pesquisa: formulação do problema, revisão sistemática da literatura e definição do método de pesquisa do TCC. Comitê de Ética (procedimentos de autorização). Normas de produção científica segundo ABNT.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)
Geral
Instrumentalizar os alunos na elaboração do projeto de trabalho de conclusão de curso.
Específicos:
i) Identificar as diferentes abordagens e metodologias de pesquisa científica;
ii) Compreender a estrutura de um artigo científico e a identificação de *gaps* de pesquisa por meio da revisão sistemática de literatura;
iii) Elaborar o projeto de pesquisa de pesquisa definindo problemática, objetivos e método a ser utilizado.

4 – Métodos de Avaliação

A avaliação assume as funções diagnóstica, formativa e somativa, conforme o que estabelece as normas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem dos cursos do IFPR. Os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos e expressos por conceitos, sendo:

I – Conceito A – Quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

II – Conceito B – Quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, como critérios propostos no plano de ensino.

III – Conceito C – A aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir objetivos propostos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

IV – Conceito D – A aprendizagem do discente for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

Instrumentos avaliativos e critérios de avaliação

Instrumentos avaliativos	**Conteúdos**	**Critérios avaliados**
1. Modalidade e metodologias de Trabalho Científico	Metodologias de Pesquisa Modalidades de trabalho científico	1. Compreensão e domínio da abordagem e modalidade escolhida para o projeto
2. Elaboração das etapas do projeto de pesquisa	Aplicação da Revisão Sistemática de Literatura Identificar *gaps* na literatura e definir problema de pesquisa Elaborar a Introdução e tópicos do Referencial Teórico Definir o método de pesquisa do TCC	2. Compreensão e aplicação das etapas de elaboração do Projeto de TCC
3. Apresentação do Projeto de pesquisa	Projeto proposto	3. Domínio dos aspectos metodológicos do projeto de TCC

5 – REFERÊNCIAS BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023/2020**: informação e documentação - referências – elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum_ifpr/biblioteca/index.php. Acesso em: Acesso em: 14 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.

IFPR. Sistema de Bibliotecas. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná: baseadas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Curitiba, 2022. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/servicos/biblioteca/normas-trabalhos-academicos/. Acesso em: 14 jun. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR** 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum_ifpr/biblioteca/index.php. Acesso em 14 jun. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência:** introdução ao jogo e suas regras. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 221 p. (Leituras Filosóficas.).
MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Redação de artigos científicos:** métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. São Paulo: Atlas, 2017.
MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa**. Maringá: UEM, 2016.
VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Profissionalidade docente: saberes necessários e identidade do professor do século XXI

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

Discussão do conceito de identidade docente. Elaboração, segundo a literatura, do próprio conceito de identidade. Avaliação e discussão histórica do processo de construção identitária do professor. Discussão sobre a Identidade Profissional Docente na educação básica. A ação profissional como campo de conhecimento; formação continuada de educadores: conceitos, modelos, condições de sua efetivação; a relação formador/equipe de educadores como espaço privilegiado de aprimoramento de práticas pedagógicas; a formação de profissionais da educação como campo de pesquisa.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

Geral:

Apreender a relação do saber com a profissão docente e quais os saberes necessários ao exercício desta profissão.

Específicos:

Entender o sentido de profissionalização e formação em função dos processos histórico, ideológico e potencial;

Reconhecer os saberes e competências como elementos da profissionalização e do reconhecimento social;

Identificar as especificidades de saberes da profissionalidade docente;

Reconhecer a reflexão como elemento importante para o desenvolvimento pessoal e profissional docente dentro dos contextos da prática e da formação;

Abordar temas que possibilite compreender aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos implicados na história da profissão e no exercício da docência.

4 – Métodos de Avaliação

A avaliação será efetivada por meio da produção individual de textos, participação em seminários, pesquisa de campo, resumos. Dentre os instrumentos avaliativos vale destacar também a atuação do aluno nos debates em sala de aula, o que marca a característica de uma avaliação contínua e processual.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

NÓVOA, Antonio (Org). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto, 1995.
PIMENTA, Selma G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 2Ed. São Paulo: Cortez, 2000.
SÁCRISTÁN, José Gimeno. GÓMES, A. L. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 1998.
SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP:

TARDIF, M.; LESSARD, C.**O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber formação dos professores e globalização**: questões para educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.
DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto Editora, 2005.
ENS, Romilda T; Marilda Aparecida (Orgs.) **Ser professor**: formação e os desafios na docência. Curitiba: Champagnat, 2011.
LIBÂNEO, José Carlos, PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de profissionais da educação**: visão crítica e perspectiva de mudança. Educação & Sociedade, Campinas, v. 20, n. 68/especial, p. 239-278, dezembro de 1999.
NÓVOA, António. Esboço de um modelo de análise da profissão docente. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora Ltda, 1995.p. 20-32.
PAQUAY, Léopold et al. (Orgs.). **Formando professores profissionais**: Quais estratégias? Quais competências? Porto Alegre: Artmed, 2001.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Educação Não-Escolar

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA
Diversidade dos espaços educativos não-escolares. Atuação do profissional da educação em espaços não-escolares. Elaboração, desenvolvimento e avaliação de projetos educativos não-escolares.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)
Geral:
- Analisar a educação nos espaços não-escolares.
Específicos:
- Identificar espaços não-escolares de educação
- Problematizar a realidade dos espaços não-escolares de educação
- Compreender a especificidade do profissional da educação nos espaços não-escolares.

4 – Métodos de Avaliação

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS:
- Educação nos espaços não-escolares de educação
- Especificidade do profissional da educação nos espaços não-escolares

PROCEDIMENTOS DE ENSINO:
- Leitura e análise de referencial teórico
- Levantamento e análise da realidade
- Análise e discussão de dados estatísticos
- Desenvolvimento de ações planejadas.
- Elaboração de trabalho final e/ou apresentação de seminário
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

Serão avaliados os seguintes aspectos básicos: estudo do referencial teórico indicado, participação nas aulas, execução, sistematização e apresentação do trabalho final e/ou seminário.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARROYO, Miguel G. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Rev. Currículo Sem Fronteiras,** v. 3, n. 1 jan./jun. 2003, p. 28-49. Disponível em: https://biblat.unam.mx/pt/revista/curriculo-sem-fronteiras/articulo/pedagogias-em-movimento-o-que-temos-a-aprender-dos-movimentos-sociais. Acesso em: 18 out. 2021.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio:** março, 2006, vol.14, n. 50, p.27-38. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais**: espaços de educação não-formal da sociedade civil**.** Disponível em: http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2004/04/02/519734/movimentos-sociais-espaos-educao-no-formal-da-sociedade-civil.html. Acesso em: 18 out. 2021.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

_____. Educação não-formal, novo associativismo e terceiro setor no Brasil. **In: Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação**, 22. 1999, Caxambu. Anais. Caxambu: ANPEd, 1999. Disponível em: http://www.lite.fae.unicamp.br/grupos/gemdec/art_gloria.html. Acesso em: 18 out. 2021.

SÁ, Ricardo Antunes de. Pedagogia: identidade e formação. O trabalho pedagógico nos Processos Educativos Não-Escolares. ***Educ. Rev.*** [online]. 2000, n.16, p. 171-180. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/er/n16/n16a12.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

SIMSON, Olga Rodrigues de Morais; PARK, Margareth Brandini; Fernandes, Renata Sieiro. Introdução. In: **Educação não formal**: cenários da criação. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP/ Centro de Memória, 2001. (p. 09-19).

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Mídias Audiovisuais em Sala de Aula

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

Conceito de audiovisual. História das mídias audiovisuais. Mídias audiovisuais, sociedade e educação. Mídias audiovisuais na escola. Abordagens mono/pluri/interdisciplinares das mídias audiovisuais. Diálogos entre mídias audiovisuais e outros materiais didáticos.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

Objetivo Geral:

Fornecer subsídios teórico-metodológicos e práticos para a utilização de mídias audiovisuais em diferentes momentos da prática docente.

Objetivos Específicos:

Abordar as diferentes mídias audiovisuais (cinema, televisão, videogames, etc) e suas potencialidades como instrumentos do processo educacional;

Compreender as mídias audiovisuais como produtos de um contexto histórico e geradores de práticas sociais;

Refletir sobre os conteúdos das mídias audiovisuais como representações das sociedades que os produziram;

Debater sobre as intersecções e fronteiras entre educação, comunicação e entretenimento.

4 – Métodos de Avaliação

A avaliação será de caráter contínuo, diagnóstico e cumulativo, permeando todo o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, constitui um meio e não um fim, além de ser um projeto abrangente, que permite identificar e trabalhar com as diferentes potencialidades dos discentes, bem como, integrá-los aos procedimentos avaliativos.

Os mecanismos avaliativos consistirão em trabalhos individuais e/ou coletivos nas modalidades escrita (artigos, fichamentos, mapas conceituais, resenhas, etc) e orais (seminários, apresentações e participação de debates em sala de aula). O desempenho dos discentes será expresso por meio de Conceitos (A, B, C e D), conforme determinado pela Resolução 50/2017 do IFPR.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARRUDA, Eucidio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. E se a escola virar brinquedo? Perspectivas do lazer e dos jogos digitais na aprendizagem. In: MILL, Daniel (Org.). **Escritos sobre educação**: desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes. São Paulo: Paulus. p. 132-167, 2013.

QUINSANI, R. H. História e cinema: dimensões históricas do audiovisual. ***Revista FAMECOS***, *v. 18, n. 3*, p. 985-993. Disponível em: https://doi.org/10.15448/1980-3729.2011.3.10393. Acesso em 14 jun. 2019.

SOCIAIS, 5., 2011. Cascavel. **Anais** [...] Cascavel, 2011. p. 1-15.

FROSI; Felipe O.; SCHLEMMER, Eliane. Jogos Digitais no contexto escolar: desafios e possibilidades para a prática docente. In: SB Games, 9., Florianópolis, **Anais [...]**. Florianópolis, 8-10 de nov. 2010. p. 115-122.

MATTAR, João. **Games em Educação**: como os nativos digitais aprendem. São Paulo: Pearson, 2010.

MORAN, José. O vídeo na sala de aula. Comunicação & Educação. São Paulo, ECA-Ed. Moderna, n. 2, p. 27 a 35, 1995. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36131.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

PIRES, Eloiza Gurgel. A experiência audiovisual nos espaços educativos: possíveis interseções entre educação e comunicação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.1, p. 281-295, jan./abr. 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/27878. Acesso em: 14 jun. 2019

RIZZO JUNIOR, Sergio Alberto. **Educação audiovisual**: uma proposta para a formação de professores de Ensino Fundamental e de Ensino Médio no Brasil. 2011. 150 p. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27161/tde-12092011-154616/pt-br.php. Acesso em: 14 jun. 2019.

VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 283-300.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACCEGA, M. A. (2002). Televisão e educação: a escola e o livro. **Comunicação & Educação**, v. 24, p. 7-14. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i24p7-14. Acesso em:14 jun. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

CIPRIANI, Cristian; EGGERT, Edla. Jogos digitais na educação: possibilidades para temas geradores. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 19, n. 41, p. 242-254, maio./ago. Disponível em: https://doi.org/10.22196/rp.v19i41.3293. Acesso em: 14 jun. 2019.

CITELLI, Adílson. **Comunicação e educação**: a linguagem em movimento. São Paulo: Senac, 2000.

KORNIS, Mônica Almeida. **Cinema, televisão e história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura, hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2007.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Tópicos em Educação na Modernidade

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

Concepções de formação humana na Modernidade e no contexto da Companhia de Jesus. Práticas e métodos de educação e escolarização da Companhia de Jesus. Documentos educacionais do século XVI. Colégios jesuíticos no contexto da educação na Modernidade.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

Objetivo Geral:

- Compreender, no contexto da Modernidade, as concepções de formação humana expressas nas propostas e ações educacionais da Companhia de Jesus.

Objetivos Específicos:

- Estudar concepções históricas e filosóficas de formação humana e intelectual no contexto da Companhia de Jesus;
- Conhecer os documentos educacionais da Companhia de Jesus;
- Compreender os métodos de trabalho e ações educativas empreendidas nos Colégios e demais instituições de educação jesuíticos;

Relacionar as concepções de formação jesuítas e suas ações e empreendimentos educacionais ao contexto mais amplo da Modernidade.

4 – Métodos de Avaliação

O estudante deverá, ao longo da disciplina, compreender as concepções históricas e filosóficas de formação humana e intelectual da Companhia de Jesus, conhecer seus meios de trabalho, ações educacionais e Colégios, relacionando tudo isso ao contexto de mudanças educacionais próprio da Modernidade.

A aprendizagem será verificada por meio de avaliações diversas e contínuas, estabelecendo a compreensão do estudante a cada etapa de estudo.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

ASSUNÇÃO, Paulo de. Os colégios jesuíticos e a produção e circulação do saber no Império Colonial Português. IN: TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut de; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKALINSKI JUNIOR, Orimar (Org.). **Origens da educação escolar no Brasil Colonial:** volume 1. Maringá: EDUEM, 2013. p. 31-67.
BORGES, Felipe Augusto Fernandes. **O Seminário de Santa Fé e o Colégio de São Paulo, em Goa:** a Companhia de Jesus no oriente português (1541-1558). Curitiba: Appris, 2021.
MENEZES, Sezinando Luiz. **Antônio Vieira**: O império do outro mundo e o império deste mundo. Maringá. EDUEM, 2015.
PAIVA, José Maria de. A política em Santo Inácio (1491-1556). IN: MAINKA, Peter Johann (org.). **A Caminho do Mundo Moderno**: Concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico. Maringá: EDUEM, 2007. p. 239-259.

RATIO atque Institutio STUDIORUM – Organização e plano de estudos da Companhia de Jesus. In: FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**: O Ratio Studiorum. Campinas: Kírion, 2019.
TOLEDO, Cézar de Alencar. Razão de estudos e razão política: um estudo sobre o Ratio Studiorum. IN: TOLEDO, Cézar de Alencar Arnaut de; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKALINSKI JÚNIOR, Oriomar. (orgs.). **Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial** – volume II. Maringá: EDUEM, 2013. p. 15-30.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos**: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
BOXER, Charles Ralph. **A Igreja militante e a expansão Ibérica (1440-1770)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português** . São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo**: o Império Português (1540-1599). Tese de doutoramento (Educação). Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.
DREHER, Martin Norberto. Como entender as transformações da religião no século XVI? IN: MAINKA, Peter Johann (org.). **A Caminho do Mundo Moderno**: concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico. Maringá: EDUEM, 2007. p. 177-194.
PAIVA, José Maria de. **Religiosidade e cultura brasileira**: séculos XVI – XVII. Maringá: EDUEM, 2012.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Neurociência e Educação – Como o cérebro aprende

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

- Fundamentos básicos da Neurociência na Educação. Desenvolvimento do cérebro e sua relação com a aprendizagem. Funções gerais do sistema nervoso e suas relações com a aprendizagem. Plasticidade neural e a aprendizagem. A funcionalidade neurológica e suas implicações nos “transtornos de aprendizagem”. – O papel das emoções no cérebro e no processo de aprendizagem. Sistema límbico e a Emoção na aprendizagem. Sistemas dos sentidos biológicos na Percepção e na Aprendizagem.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

3.1 Geral

Conhecer os fundamentos das neurociências a plasticidade neural e o cérebro como estrutura orgânica que quando estimulado adequadamente, desenvolve potencialidades ao educando no ato de aprender.

3.2 Específicos

Conhecer as funções neurais executivas e cognitivas; atenção, memória, inteligência e aprendizagem - Reconhecer a plasticidade do cérebro e sua funcionalidade como ferramenta importante para a aquisição do conhecimento e suas implicações no desempenho do indivíduo no ato de aprender; - Perceber a importância da atenção e da concentração no momento pontual da aprendizagem; - Identificar as implicações do cérebro e da sua funcionalidade estrutural no corpo para o desenvolvimento humano. - Descrever as dimensões biológicas, psicológicas, afetivas, motoras, emocionais e sociais que influenciam o desenvolvimento humano e o contexto da aprendizagem.

4 – Métodos de Avaliação
4.1 Avaliação da Aprendizagem
A avaliação do trabalho escolar será contínua e cumulativa, com predominância dos aspectos qualitativos e o desempenho do estudante no decorrer do componente curricular. De acordo com as normas da Instituição, os alunos receberão os conceitos A, B, C ou D nos períodos determinados pelo IFPR e no final do conteúdo de cada área curricular, segundo o disposto na Resolução nº 50/2017.
4.2 Instrumentos
Diversos recursos e materiais poderão ser utilizados no desenvolvimento do componente curricular, tais como: Google Classroom, Google Meet, Slides em PDF, textos em PDF e vídeos.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS

BEAR, Mark, CONNORS, Barry W., PARADISO, Michael A. **Neurociências desvendando o sistema nervoso.** 4. ed. Porto Alegre, Artmed, 2017.
COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação**: como o cérebro aprende. Porto Alegre. Artmed, 2011.
LISBOA, Felipe Stephan. **O cérebro vai à escola**: aproximações entre neurociências e educação no brasil. Jundiaí,SP: Paco Editorial, 2016.
OLIVEIRA, Gilberto Gonçalves de. **A pedagogia da neurociência**: ensinando o cérebro e a mente. Curitiba, Appris, 2015.
ROTTA, Newra Tellechea, BRIDI-FILHO, César Augusto, BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Plasticidade cerebral e aprendizagem**: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre, Artmed, 2018.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

SIEGEL, Daniel J., BRYSON, Tina Payne. **O cérebro que diz sim.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
SIEGEL, Daniel J. **O cérebro adolescente**: a coragem e a criatividade da mente dos 12 aos 24 anos**.** São Paulo, nVersos, 2016.
SIEGEL, Daniel J., BRYSON, Tina Payne. **O cérebro da criança.** São Paulo, nVersos, 2015.
ROTTA, Newra Tellechea, BRIDI-FILHO, César Augusto, BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Neurologia e aprendizagem**: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre, Artmed, 2016.
SIMÕES, Estela Mari Santos, NOGARO, Arnaldo. **Neurociência cognitiva para educadores**: aprendizagem e prática docente no século XXI. Editora CRV, 2016.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Abordagens metodológicas para o Ensino de Ciências

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA
Unidades de Ensino Potencialmente Significativas (UEPS); Três Momentos Pedagógicos; Abordagem CTS/CTSA; Situação de Estudo (SE); Estudo de Caso; Sequência de Ensino por Investigação (SEI); Ilhas interdisciplinares de Racionalidade (IIR); Alfabetização Científica.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)
Geral:
Capacitar o estudante para a compreensão de perspectivas metodológicas que promovam a interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem.

Específicos:
Ensinar ao estudante diferentes estratégias de ensino e abordagens metodológicas para o planejamento de aulas interdisciplinares, considerando os objetivos educacionais da atualidade.
Elaborar e desenvolver propostas didáticas interdisciplinares fundamentadas em referenciais teóricos da área de Ensino de Ciências.

4 – Métodos de Avaliação
A avaliação será feita, principalmente, por meio das atividades propostas em sala de aula, relacionadas aos textos estudados e elaboração de uma sequência didática.
As avaliações estão definidas de acordo com a Resolução nº50/2017 – IFPR. Portanto, a atribuição de conceitos ocorrerá da seguinte forma:
Conceito A – Quando a aprendizagem for plena e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
Conceito B – Quando a aprendizagem do estudante for parcialmente plena e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
Conceito C – Quando a aprendizagem do estudante for insuficiente e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino;
Conceito D – Quando a aprendizagem do estudante for insuficiente e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS
DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria Castanho Almeida. **Ensino de ciências:** fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p. (Coleção docência em formação: ensino fundamental).
SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. **Educação em química:** compromisso com a cidadania. 4. ed., rev. e atual. Ijuí: Unijuí, 2010. 159 p. (Coleção educação em química).
ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. **O senso prático de ser e estar na profissão.** São Paulo: Cortez, 2006. 120 p. (Questões da nossa época; 128).
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, c1988. 99 p. (Temas básicos de educação e ensino).
ROSA, M. I. **Investigação e ensino**: articulações e possibilidades na formação de professores de ciências. Ijuí: UNIJUÍ, 2004. 184 p.
MALDANER, O. A. **A formação inicial e continuada de professores de química:** professores/pesquisadores. 4. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2013. 424 p.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
GALIAZZI, M. C. **Educar pela pesquisa**: Ambiente de Formação. 1. ed. Ijuí: Unijuí, 2011.
LEITE, Lígia Silva et al. (Coord.). **Tecnologia educacional:** descubra suas possibilidades na sala de aula. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
VASCONCELLOS, Celso dos S. **Construção do conhecimento:** em sala de aula. 19. ed. São Paulo: Libertad, 2014 141 p. (Cadernos pedagógicos do Libertad; 2).

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Seminários de pesquisa

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA
Acompanhamento, discussão, análise e diálogo sobre as pesquisas em desenvolvimento no curso.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)
Geral:
Oferecer suporte aos estudantes na elaboração de seus projetos de pesquisa e elaboração do artigo/monografia através de orientações e discussões sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos.
Específicos:
Instigar o estudante a pensar sobre seu(s) objetivo(s) de pesquisa, os motivos que o levaram a pesquisar sobre o referido assunto, discutir sobre a metodologia utilizada, apontar os principais referenciais teóricos utilizados, e discutir sobre os resultados obtidos.

4 – Métodos de Avaliação
A avaliação como um processo dinâmico e contínuo será realizada com base no aproveitamento do estudante sobre as discussões realizadas em sala de aula, bem como em sua participação nas discussões do próprio projeto de pesquisa, e sobre os projetos dos demais estudantes.
Instrumentos
- Comprometimento e participação nas discussões sobre a elaboração do projeto de pesquisa;
- Apresentação de um projeto de pesquisa pautado nos critérios básicos discutidos no transcorrer do curso;
- Participação do estudante nas discussões dos projetos dos demais estudantes;

Obs.: Os tipos de avaliação podem ser modificados caso haja necessidade ao longo do ano letivo.

Critérios
- Clareza, lógica, objetividade e coerência na exposição de ideias;
- Domínio teórico e conceitual do conteúdo trabalhado;
- Criatividade e uso adequado dos conceitos científicos;
- Organização e pontualidade na entrega e/ou apresentação de trabalhos e atividades desenvolvidas em sala de aula;
- Uso das normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) em todos os trabalhos escritos propostos.

Obs. A avaliação ocorrerá de forma contínua, somatória e diagnóstica.

ATIVIDADES EXTRACLASSE A SEREM DESENVOLVIDAS

As atividades extraclasse propostas para a disciplina envolvem a leitura da bibliografia básica e elaboração do projeto de pesquisa por parte do estudante em conjunto com seu orientador.

5 – REFERÊNCIAS

5.1 – REFERÊNCIAS BÁSICAS
BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2007.
ECO, U. **Como se faz uma tese**. 17. ed. Perspectiva, 2002.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR)**. 2010. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR** 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum_ifpr/biblioteca/index.php. Acesso em 14 jun. 2019.
ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência:** introdução ao jogo e suas regras. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 221 p. (Leituras Filosóficas.).
MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Org.). **Para quem pesquisamos, para quem escrevemos:** o impasse dos intelectuais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 119 p. (Questões da nossa época; 88).
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017
VIEGAS, W. **Fundamentos lógicos da metodologia científica**. 3.ed. Brasília: UNB, 2007.
VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica

Componente Curricular: Tecnologia na Educação: Inovação didática

Carga Horária/Crédito(s): 28 horas

2 – EMENTA

Utilização de TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação) em sala de aula. Pensamento computacional. Computação desplugada. Tecnologia em favor do processo de ensinagem. Computação e Interdisciplinaridade no ensino. Currículo de Referência em Tecnologia e Computação do Centro de Inovação para a Educação Brasileira.

3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos)

Geral:
Conhecer os conceitos de computação e pensamento computacional aplicado ao ensino básico.
Específico:
Conhecer os conceitos de pensamento computacional;
Aplicação de pensamento computacional em atividades práticas de ensino;
Desenvolvimento de produtos educacionais inovadores;

4 – Métodos de Avaliação

Produção de produto educacional;
Discussões em sala;
Apresentação de projeto de ensino;

5 – REFERÊNCIAS

JUNGES, C. K.; ORLOVSKI, R. A Importância da Informática na Educação. **Revista Científica Semana Acadêmica**, v. 1, n. 50, p. 34, 2017. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/artigo/importancia-da-informatica-na-educacao. Acesso em: 14 jun. 2019.
LAVE, J. A prática da aprendizagem. In: ILLERIS, Knud (org.). **Teorias contemporâneas da aprendizagem.** Porto Alegre: Penso, 2013. p. 235–245.
VIEIRA, Carlos Eduardo Costa; LIMA JUNIOR, José Augusto Teixeira de; VIEIR, Priscila de Paula. Dificuldades no Processo de Aprendizagem de Algoritmos: uma Análise dos Resultados na Disciplina de AL1 do Curso de Sistemas de Informação da FAETERJ – Campus Paracambi.

Cadernos UniFOA, v. 10, n. 27, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.47385/cadunifoa.v10.n27.293. Acesso em: 14 jun. 2019.
VON WANGENHEIM, C.; RODRIGUES NUNES, V.; DOS SANTOS, G. D. Ensino de Computação com SCRATCH no Ensino Fundamental: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 22, n. 03, p. 115, 23 nov. 2014. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5753/rbie.2014.22.03.115. Acesso em: 14 jun. 2019.
WING, Jeannette. Pensamento Computacional: um conjunto de atitudes e habilidades que todos, não só cientistas da computação, ficaram ansiosos para aprender e usar. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 9, n. 2, 16 nov. 2016. Disponível em: 10.3895/rbect.v9n2.4711. Acesso em: 14 jun. 2019.

5.2 – REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAUJO, Ronaldo Marco de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, maio/ago. 2015, p. 61–80, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956. Acesso em: 14 jun. 2019.
BORGES, Larissa Gehrinh.; PAEZ, Gisele Romano; BELTHER, Josilda Maria. Aprendizagem situada: análise de uma atividade situacional. In: Encontro Nacional de Educação Matemática, 12. - Relato de Experiência, 13 a 16 jul. 2016. São Paulo, p. 12, 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.sbem.com.br%2Fenem2016%2Fanais%2Fpdf%2F4892_2352_ID.pdf&clen=257573&chunk=true. Acesso em: 14 jun. 2019.
FONTES, Cleber R.; SILVA, Fabio. W. O. O ensino da disciplina Linguagem de Programação em escolas técnicas. **Ciências & Cognição**, v. 13, n. 2, p. 84-98. Disponível em: http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/221. Acesso em: 14 jun. 2019.
FRANÇA, Rozelma; TEDESCO, Patrícia. Desafios e oportunidades ao ensino do pensamento computacional na educação básica no Brasil. **Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação**, p. 1464, out. 2015. Disponível em: http://br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/6331. Acesso em: 10 ago. 2018.
GOMES, Tancicleide C. S.; DE MELO, Jeane C. B. App Inventor for Android: Uma Nova Possibilidade para o Ensino de Lógica de Programação. **Anais dos Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação**, nov. 2013. Disponível em: http://www.br-ie.org/pub/index.php/wcbie/article/view/2725. Acesso em: 11 ago. 2018.

1 – IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA
Curso: Pós-Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica
Componente Curricular: Trabalho de Conclusão de Curso
Carga Horária/Crédito(s): 24 horas
2 – EMENTA Acompanhamento da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Mediação do diálogo acadêmico entre orientandos e orientadores. Elaboração de cronograma das defesas do Trabalho de Conclusão de Curso. Organização, encaminhamento e acompanhamento das atividades relativas à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso. (Componente Curricular regido por regulamento específico).
3 – Objetivos do Componente Curricular (Geral e específicos) Objetivo Geral Propiciar aos discentes experiências acadêmico-científicas de forma a complementar o processo de ensino/aprendizagem, visando o aprimoramento de sua formação; Objetivos Específicos

Complementar a formação acadêmica e profissional do discente no que se refere ao exercício da pesquisa e extensão. Permitir o aprofundamento temático da área de estudo e estimular a produção científica.
4 – Métodos de Avaliação O requisito para a aprovação nos componentes curriculares será a obtenção dos conceitos A (aprendizagem plena), B (aprendizagem parcialmente plena) ou C (aprendizagem suficiente), atribuído ao conjunto das avaliações definidas em cada Plano de Ensino. O aluno será considerado reprovado quando não atingir o conceito igual ou superior a C. O conceito D (insuficiente) implica em reprovação. A frequência mínima obrigatória é de 75% da carga horária da disciplina, de modo que frequência inferior a essa porcentagem, o aluno será reprovado por falta. A avaliação final do curso será feita por meio de arguição do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) conforme previsto no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.
5 – REFERÊNCIAS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023/2020**: informação e documentação - referências – elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum_ifpr/biblioteca/index.php. Acesso em: Acesso em: 14 jun. 2019. BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. ECO, Umberto; SOUZA, Gilson Cesar Cardoso de. **Como se faz uma tese.** 17. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 170 p. (Coleção estudos; 85). GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. IFPR. Sistema de Bibliotecas. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná: baseadas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Curitiba, 2022. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/servicos/biblioteca/normas-trabalhos-academicos/. Acesso em: 14 jun. 2019. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR** 14724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum_ifpr/biblioteca/index.php. Acesso em 14 jun. 2019. ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência:** introdução ao jogo e suas regras. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 221 p. (Leituras Filosóficas.) MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Org.). **Para quem pesquisamos, para quem escrevemos:** o impasse dos intelectuais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 119 p. (Questões da nossa época; 88). MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2017 MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2017 VIEGAS, W. **Fundamentos lógicos da metodologia científica**. 3.ed. Brasília: UNB, 2007. VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários.** São Paulo: Atlas, 2009.

17 EXPERIÊNCIA DO COORDENADOR

Aline Fabiane Barbieri é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá

(UEM/PR) (na linha de Políticas e Gestão em Educação) e graduada em Educação Física (Licenciatura) também pela UEM. Atua como docente no Instituto Federal do Paraná - Campus Pitanga. Tem interesse de pesquisa nas áreas de Educação e Educação Física a partir da perspectiva materialista histórica, principalmente, no que se refere aos temas: políticas públicas nacionais e internacionais para a educação básica e saúde na escola.

18 EXPERIÊNCIA DO VICE COORDENADOR

Celso Fernando Claro de Oliveira é doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e graduado em História também pela UEM e em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário de Maringá (Cesumar). Atua como docente no Instituto Federal do Paraná - Campus Pitanga. Tem interesse de pesquisa nas áreas de História, História do Cinema, Brasil Republicano e Relações Internacionais Brasileiras a partir da perspectiva do materialismo histórico e da História Social.

19 PLANEJAMENTO ECONÔMICO/NECESSIDADES PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Campus Pitanga possui todos os recursos necessários à oferta do curso, previsto em seu orçamento anual. A carga horária de aulas dos professores do curso estará descrita no Plano de Trabalho Docente, e inserida no horário de trabalho quando o docente ministrar os componentes curriculares do curso.

20 DESCRIÇÃO DAS INSTALAÇÕES (SALA DE AULA, LABORATÓRIOS, EQUIPAMENTOS E BIBLIOTECA)

O Campus Pitanga iniciou sua estruturação física no ano de 2013, com a construção do Bloco 01 e Guarita, sendo estes finalizados em 2015 (IFPR, 2018, p. 344). O Bloco Administrativo conta com 2.127,10 m² e hoje abriga tanto as atividades administrativas quanto pedagógicas: funcionam ali, atualmente, todas as unidades administrativas, sala de professores, além das salas de aula e Laboratório de Informática. Para práticas esportivas, há uma quadra de

areia no terreno do Campus. Há uma estrutura no terreno do Campus, um Galpão, com aproximadamente 400 m², e que hoje abriga os Laboratórios de Artes, Robótica e Música, servindo ainda como depósito para alguns materiais. Além disso, há o recém terminado Bloco de Laboratórios, contando com 561,27 m², abrigando os seguintes laboratórios: Química orgânica; Química inorgânica; Carnes e derivados; Frutas e hortaliças; Leites e derivados.

Há, ainda, um Bloco Didático em Construção. Este bloco, quando terminado, terá 914,29 m², contando com 6 salas de aula, área para depósito de resíduos e abrigará 4 laboratórios: de Pedagogia, de Informática e dois de Ciências (Química, Física, Biologia).

20.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

TABELA 1 – ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS DO IFPR CAMPUS PITANGA.

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Salas de aula	Sim (6 salas com 40 conjuntos escolares cada)	Não	68,18m² (1 sala) 68,46m² (2 salas) 68,87m² (1 sala) 70.09 m² (1 sala) 69.25 m² (1 sala)
Sala de aula	Não (6 salas com 40 conjuntos escolares cada)	Sim	X
Sala de professores	Sim (1 sala)	Não	231.43 m² (cada)
Coordenadoria de curso	Não	Não	X
Sala de reuniões	Sim	Não	20 m²

Fonte: Do autor, 2022.

20.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

TABELA 2 – ÁREAS DE ESTUDO GERAL DO IFPR CAMPUS PITANGA.

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Biblioteca	Sim	Não	626,64m²
Laboratório de informática	Sim	Não	68,46m²
Laboratório de Ciências (Química, Física e Biologia)	Sim	Não	50m²
Laboratório de Música	Sim	Não	68.25 m²
Laboratório de Arte	Sim	Não	50 m²

Laboratório de Robótica	Sim	Não	20 m²
Áreas externas	Sim	Não	60 000 m² (Terreno *Campus*)

Fonte: Do autor, 2022.

20.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO

O Instituto Federal do Paraná *Campus* Pitanga não possui ambiente de estudo específico para o curso de Especialização em "Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica". Todos os ambientes do *Campus* são utilizados em conjunto pelos cursos oferecidos.

20.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

TABELA 3 – ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA DO IFPR CAMPUS PITANGA.

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Áreas de esportes	Não	Não	X
Cantina/ Refeitório	Não	Não	X
Pátio coberto	Sim	Não	241,09 m²
Cozinha	Sim	Não	61,63 m²

20.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

TABELA 4 – ÁREAS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE DO IFPR CAMPUS PITANGA.

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Atendimento psicológico	Sim	Não	33.59 m²
Atendimento pedagógico	Não	Não	X
Atendimento odontológico	Não	Não	X
Primeiros socorros	Não	Não	X
Serviço social	Sim	Não	33.81 m²

Fonte: Do autor, 2022.

20.6 ÁREAS DE APOIO

TABELA 5 – ÁREAS DE APOIO DO IFPR CAMPUS PITANGA.

Ambiente	Existente (sim/não)	A construir (sim/não)	Área (m^2)
Auditório	Não	Não	X
Salão de convenção	Não	Não	X
Sala de áudio-visual	Não	Não	X
Mecanografia	Não	Não	X

Fonte: Do autor, 2022.

20.7 BIBLIOTECA

A Rede de Bibliotecas é composta por 25 (vinte e cinco) unidades, vinculadas à Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão nos campi Tecnicamente à Coordenadoria Geral de Bibliotecas (CGB). De acordo com o Manual de Competências do IFPR, a Seção de Biblioteca é um órgão encarregado de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão através da aquisição, tratamento técnico, armazenamento, preservação, disseminação e disponibilização de produtos e serviços de informação para a comunidade acadêmica, de acordo com a legislação brasileira de educação, padrões nacionais e internacionais de documentação e informação, políticas de ensino, normativas internas em observância às diretrizes do Conselho Federal de Biblioteconomia.

Situada no Bloco Administrativo do Campus Pitanga, a Biblioteca tem a dimensão de 641,54 m² e conta com espaço destinado ao atendimento, com 3 salas individuais de estudo, 05 computadores para consulta e pesquisa acadêmica e 18 mesas redondas de estudo em grupo. O sistema é informatizado com o Sistema Pergamum. Quanto ao atendimento aos usuários, ele é realizado, das 07h30 às 22h00, de segunda a sexta-feira, por uma bibliotecária e uma estagiária.

Atualmente a biblioteca do Campus Pitanga possui um acervo de 2.473 títulos com 6.543 exemplares, permitindo a retirada de material bibliográfico e outros suportes para a comunidade acadêmica.

21 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. **Revista Educação em Questão.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. v. 52, n. 38. p. 61-80 . Disponível em: **DOI:** https://doi.org/10.21680/1981-1802.2015v52n38ID7956.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 fev. 2022.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. . **Resolução n° 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de Trabalhos Acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR)**. 2010. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional IFPR 2019-2023**: revisão 2020. Curitiba, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Finfo.ifpr.edu.br%2Fwp-content%2Fuploads%2FPDI-2019-2023-Revisao-2020.pdf&clen=12877896&chunk=true. Acesso em: 09 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia**: autorizado pela Resolução 31 de 29 de junho de 2018. Pitanga, 2017. Disponível em: http://pitanga.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/1-PPC-Pedagogia-IFPR_Pitanga.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 09, de 13 de maio de 2014**. Fixa as normas e procedimentos para funcionamento dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, em nível de Pós-Graduação, no IFPR. Curitiba, 2014. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-092014/. Acesso em: 09 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 55 de 21 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Superior no âmbito do Instituto Federal do Paraná IFPR. Curitiba, 2011. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/Res.-55.11-Disp%C3%B5e-sobre-a-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tico-Pedag%C3%B3gica-da-

Educa%C3%A7%C3%A3o-Superior-no-%C3%A2mbito-do-Instituto-Federal-do-Paran%C3%A1-%E2%80%93-IFPR.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/atlas_ivs_resultado_parana.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (ed.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Fundação Santilhana, 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.fundacaosantillana.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2019%2F12%2F67_Institutosfederais.pdf&clen=1968312&chunk=true. Acesso em: 09 fev. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1985. 224 p. (Educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 156 p. (Educação contemporânea).

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTERDISCIPLINARIDADE E DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

1 DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade acadêmica obrigatória para a obtenção do título de especialista. Consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos resultantes do trabalho de pesquisa e extensão na área do curso. O TCC tem por objetivo o complemento da formação acadêmica e profissional do discente no que se refere ao exercício da pesquisa e extensão, permitindo o aprofundamento temático da área de estudo e estimulando a produção científica.

Art. 2º No curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica, o TCC deverá ter ligação com a área do curso (multidisciplinar), ser apresentado à banca examinadora e poderá pertencer a diferentes gêneros textuais, como revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística; sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, de acordo com as orientações da Portaria da CAPES Nº 07/2009.

Art. 3º Os trabalhos de conclusão de curso deverão seguir as “Normas para elaboração de trabalhos acadêmicos no IFPR”. Cada candidato deverá enviar o TCC à coordenação do curso, no prazo de 30 dias antes da data da defesa, em três vias impressas, que serão destinadas à banca avaliadora.

2 DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 4º O discente regularmente matriculado no curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica terá um professor orientador para o desenvolvimento do TCC. A definição do orientador deverá ocorrer no máximo até o fim do primeiro semestre letivo do curso.

§1º O discente deverá encaminhar ao coordenador do curso o termo de Aceite-Orientação (Anexo 8) assinado por ele e pelo orientador, até o fim do primeiro semestre letivo do curso.

§2º O orientador deverá ser um docente vinculado ao IFPR - Campus Pitanga.

Art. 5º Cada docente deverá ter no máximo 04 (quatro) orientandos por turma da Especialização.

Parágrafo único: Caso seja necessário, os docentes poderão trabalhar em outros TCC como co-orientadores.

Art. 6º Em caso de impedimentos legais do orientador, previstos em legislação específica, o Colegiado do Curso deverá substituí-lo.

Art. 7° O orientador poderá solicitar, mediante justificativa, sua substituição encaminhando ofício ao Colegiado do curso.

3 DAS COMPETÊNCIAS DO ORIENTADOR

Art. 8º Compete ao orientador:

I. Orientar o discente na elaboração, desenvolvimento e redação do TCC;

II. Zelar pelo cumprimento de normas e prazos estabelecidos;

III. Indicar ou aceitar o co-orientador, quando for o caso;

IV. Instituir a comissão examinadora do TCC, em comum acordo com o orientando;

V. Tratar com respeito o orientando e demais pessoas envolvidas no TCC, restringindo-se às questões estritamente vinculadas a produção do TCC;

VI. Registrar, a seu critério, os encontros de orientação mediante ficha padrão;

VII. Verificar a ocorrência de plágio total ou parcial, direto ou indireto nos trabalhos apresentados pelos discentes buscando coibir esta prática.

4 DO ORIENTANDO

Art. 9º Compete ao orientando:

I. Definir a orientação de TCC em conjunto com um docente integrado às linhas de pesquisa do curso e, estabelecido o acordo entre as partes, informar oficialmente o coordenador do curso mediante apresentação do Anexo 8;

II. Escolher, em comum acordo com o orientador, o tema a ser desenvolvido no TCC;

III. Tratar com respeito o orientador e demais pessoas envolvidas no TCC;

IV. Buscar qualidade e mérito no desenvolvimento do TCC;

Art. 10º São direitos do orientando:

I. Receber orientação para realizar as atividades de TCC;

II. Ser ouvido em suas solicitações e sugestões, quando tiverem por objetivo o aprimoramento do TCC;

III. Solicitar ao Colegiado do Curso, a substituição do orientador, mediante ofício devidamente justificado.

5 DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 11° O Projeto de Pesquisa para a elaboração do TCC deve apresentar os seguintes elementos:

1. Identificação (capa e folha de rosto ou elementos pré-textuais);
2. Introdução (tema, delimitação do tema, questão de pesquisa);
3. Objetivo geral e específicos;
4. Justificativa;
5. Hipótese(s) (opcional);
6. Metodologia;
7. Cronograma;
8. Referências;
9. Apêndice(s) e anexo(s) (opcionais).

Parágrafo Único - A estrutura formal do Projeto de Pesquisa para a elaboração do TCC deve seguir as normas da ABNT e as “Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná (IFPR)” de 2010 (WATANABE; MORETO; DUTRA, 2010).

Art. 12º O TCC que envolva estudos com seres humanos e/ou animais como objetos de pesquisa não poderão ser iniciados antes da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-IFPR).

6 DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 13º A apresentação do TCC deverá ser pública e passar necessariamente por uma banca examinadora.

Art. 14º O TCC deverá ser submetido a uma comissão Examinadora composta pelo orientador como presidente e no mínimo dois (02) membros titulares e um (01) membro suplente. Todos os membros componentes da banca examinadora devem possuir como titulação mínima Especialização.

Parágrafo único: Após a apresentação haverá arguição pelos integrantes da banca examinadora. Caberá ao presidente da banca examinadora determinar e controlar o tempo de apresentação e de arguição.

Art. 15º Orientador e orientando comunicarão o professor do componente curricular TCC, a data e a hora sugerida de apresentação do TCC, bem como os nomes da banca examinadora, respeitando-se os prazos estabelecidos dentro do calendário do componente curricular.

Art. 16º O orientador deverá convidar os membros da banca examinadora e encaminhar a eles as informações de avaliação, bem como a ficha descritiva de avaliação do TCC (Anexo 9) onde constam os critérios adotados para avaliação.

Art. 17º A avaliação do TCC realizar-se-á mediante critérios estabelecidos no Anexo 9.

Art. 18º Realizada a defesa e a avaliação, o orientador, na qualidade de presidente da banca, preencherá a Ata de Defesa (Anexo 10), dando publicidade oral do resultado ao discente, imediatamente após o encerramento dos trabalhos.

Art. 19º O resultado final da avaliação do TCC será expresso mediante conceitos: A a D. Serão considerados aprovados no componente curricular de TCC os discentes cujos trabalhos obtiverem conceitos A, B ou C, conforme Resolução nº 50/2017.

Art. 19º A aprovação no componente curricular TCC está condicionada a entrega da Ata de Avaliação do TCC (Anexo 10), bem como o envio de uma cópia digital da versão final do TCC para o email institucional do curso de pós-graduação.

Parágrafo único: A versão final do TCC deverá ser entregue até no máximo 30 dias após a data da defesa.

Art. 20º O não cumprimento pelo orientador e orientando das normas, critérios e procedimentos estabelecidos sem uma justificativa aceita pelo professor do componente curricular TCC acarretará na reprovação do aluno.

Art. 21º Em caso de reprovação do TCC ou entrega do TCC fora do prazo estabelecido, o discente poderá realizar a defesa em outra data, com a anuência do orientador, considerando a possibilidade de atraso no encaminhamento do processo de certificação de conclusão do curso do discente.

Casos omissos serão encaminhados ao Colegiado de Curso.

ANEXO 1 – Ata da reunião do Colegiado aprovando a proposta do curso

INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ

Ministério da Educação

ATA REUNIÃO IFPR CAMPUS PITANGA, DE 27/04/2016 PÓS-GRADUAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às dezesseis horas e quinze minutos, nas dependências do Campus Pitanga do Instituto Federal do Paraná (IFPR) da cidade de Pitanga, reuniu-se o colegiado do curso de Pós Graduação em Educação e Interdisciplinaridade, composto pelos docentes: André Luís Borges Lopes, Angélica de Sousa Hrysyk, Diego Manoel Panonceli, Gustavo Leoni Bordin, Leila Cleuri Pryjma, Lilian Orvatti, Maicon Rogério de Souza, Márcio Miguel de Aguiar e Narciso Américo Franzin. A reunião foi conduzida pelo coordenado do curso Marcio Miguel de Aguiar na qual foi realizada a revisão do Projeto Político de Curso (PPC) elaborado pela comissão responsável. Foram definidos alguns critérios, como, processo de seleção, dias de aula da semana, aproveitamento de componentes curriculares, análise das ementas, definição de componentes curriculares obrigatórios e optativos. Na reunião foi eleito o vice-coordenador do curso o docente Gustavo Leoni Bordin. Depois de lido o documento e realizadas as alterações necessárias o colegiado aprovou o PPC do curso em Educação e Interdisciplinaridade do IFPR Campus Pitanga.

Sem mais assuntos, eu, Angélica de Sousa Hrysyk, diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão, lavrei a presente ATA que depois de aprovada será assinada pelos membros do colegiado.

André Luís Borges Lopes
Angélica de Sousa Hrysyk
Diego Manoel Panonceli
Gustavo Leoni Bordin
Leila Cleuri Pryjma
Lilian Orvatti
Maicon Rogério de Souza
Márcio Miguel de Aguiar
Narciso Américo Franzin

ANEXO 2 – Termo de Compromisso assinado pelo Diretor Geral do Campus

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

TERMO DE COMPROMISSO

De acordo com a Resolução IFPR nº 09, de 13 de maio de 2014, que fixa as normas e procedimentos para funcionamento dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, em nível de Pós-Graduação, no IFPR, o Diretor Geral do Campus Pitanga, Prof. Narciso Américo Franzin, inscrito no Siape 1792235, vem por meio deste firmar compromisso junto à Pró-Reitoria de Ensino, para oferta do curso de Especialização em Ensino e Interdisciplinaridade no Campus Pitanga.

Pitanga, 27 de abril de 2016

Narciso Américo Franzin
Diretor Geral – Campus Pitanga

ANEXO 3 – Portaria emitida pelo Diretor Geral do Campus, nomeando a comissão responsável pela elaboração do PPC

INSTITUTO FEDERAL
PARANÁ

Ministério da Educação
Instituto Federal do Paraná

PORTARIA Nº 05 DE 13 DE ABRIL DE 2016

O Dirctor Geral do Campus Pitanga NARCISO AMÉRICO FRANZIN, Siape 1792235, no uso da competência que lhe foi conferida pela Portaria/Reitor n° 363 de 26 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para comporem o Núcleo Docente Estruturante responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação-Especialização intitulado "Educação e Interdisciplinaridade" do Campus Pitanga.

Angélica de Sousa Hrysyk - SIAPE: 1976358
Gustavo Leoni Bordin - SIAPE: 2280126
Lilian Orvatti - SIAPE: 1990924
Maicon Rogério de Souza - SIAPE: 1890178
Marcio Miguel Aguiar - SIAPE: 2193206

Art. 2º - Designar o servidor **Marcio Miguel Aguiar** como **Presidente da Comissão**.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

NARCISO AMÉRICO FRANZIN
Diretor Geral
SIAPE: 1792235

Prof. Narciso Américo Franzin
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
DIRETOR GERAL DO CAMPUS PITANGA
SIAPE 1792235

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ - CÂMPUS PITANGA
Rua José de Alencar, 880 - Jardim Planalto - CEP: 85200-00 - Pitanga - Pr

ANEXO 4 – Resolução nº 23 de 20 de setembro de 2016

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 20 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza a criação do Curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica no Campus Pitanga do IFPR.

O **CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ,** no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo vista o Parecer n.º 21, de 18 de agosto de 2016, exarado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal do Paraná e o parecer exarado pelo conselheiro-relator José Barbosa Dias Junior no processo 23411.002679/2016-19,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a criação do Curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica, Campus Pitanga, do Instituto Federal do Paraná.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, com ampla publicação e divulgação na página eletrônica do IFPR.

Sala de Sessões do Conselho, em 20 de setembro de 2016.

ODACIR ANTONIO ZANATTA
PRESIDENTE

ANEXO 5 – Portaria emitida pelo Diretor Geral do Campus, nomeando a comissão responsável pela reestruturação do PPC

Boletim de Serviço Eletrônico em 18/03/2021

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

PORTARIA Nº 26, DE 18 DE MARÇO DE 2021

O Diretor Geral do Campus Pitanga, MÁRCIO GONÇALVES DOS SANTOS, matrícula SIAPE nº 1756323, no uso da competência que lhe foi conferida pela Portaria/Reitor nº 1.661 de 10 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2019, Seção 02, nº 239 p. 26,

CONSIDERANDO

A Resolução CONSUP/IFPR nº 18/2017, que aprovou o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Interdisciplinaridade e docência na educação básica, do Campus Pitanga.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Comissão de Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós Graduação em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica do Instituto Federal do Paraná - Campus Pitanga, composta pelos seguintes servidores:

Aline Fabiane Barbieri – SIAPE: 2317118

Celso Fernando Claro de Oliveira - SIAPE: 1281768

Felipe Augusto Fernandes Borges – SIAPE: 1189449

Márcio Miguel de Aguiar – SIAPE: 2193206

Art. 2º - Designar a servidora **Aline Fabiane Barbieri** como presidenta da referida comissão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GONCALVES DOS SANTOS**, **DIRETOR(a)**, em 18/03/2021, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1141281** e o código CRC **4313D057**.

Referência: Processo nº 23411.000160/2021-55 SEI nº 1141281

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | PITANGA/DG/IFPR/PITANGA-DG/PITANGA
Rua Emílio Bertolini, nº 54, Curitiba - PR | CEP CEP 82920-030 - Brasil

ANEXO 6 – Ata do Colegiado de Curso aprovando a reestruturação do PPC

INSTITUTO FEDERAL
Paraná

Ministério da Educação

ATA

1ª Reunião Ordinária do Colegiado de Pós-Graduação de 2022 – 09/03/2022. No nono dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, utilizando a plataforma do *Google Meet*, às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, iniciou-se a Primeira Reunião Ordinária do Colegiado do Curso de Pós-Graduação do ano de 2022. Fizeram-se presentes os servidores: Aline Fabiane Barbieri, Celso Fernando de Oliveira, Daniel Rotella Cocco, Douglas Alexandre Fernandes, Felipe Augusto Fernandes Borges, Gustavo Leoni Bordin, José Hugo Leite Junior, Leandro Delgado de Souza, Luciano Rudnik, Maicon Rogério de Souza, Marcio Miguel de Aguiar e Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi. A coordenadora deu início à reunião apresentando os dois pontos de pauta: a readequação do PPC e a abertura do processo seletivo para a nova turma do curso. A coordenadora prosseguiu com a abordagem do primeiro ponto. Ela agradeceu aos membros da Comissão e aos demais servidores que apresentaram contribuições ao documento, para então ressaltar as principais alterações promovidas: 1. Inclusão de novos componentes curriculares optativos; 2. Definição do prazo máximo para conclusão do curso; 3. Atualização de informações gerais referentes ao curso. Após a apresentação dos pontos, foi aberto espaço para questões e apontamentos por parte dos servidores. Esclarecidas as dúvidas, a coordenadora procedeu com a votação para aprovação das mudanças. Os participantes da reunião acolheram as mudanças por unanimidade. Em seguida, deu-se início à abordagem do segundo ponto da pauta. A coordenadora convidou servidores para ingressar na comissão do processo seletivo. Manifestaram interesse a coordenadora Aline Fabiane Barbieri e os servidores Celso Fernando Claro de Oliveira, Daniel Rotella Cocco, Douglas Alexandre Fernandes, José Hugo Leite Júnior, Leandro Delgado de Souza e Marcio Miguel de Aguiar. Os nomes serão encaminhados à Direção Geral para elaboração da portaria. Por fim, a coordenadora apresentou informações gerais sobre a atual turma do curso, destacando o elevado número de desistências até o presente momento. Foi aberto espaço para fala dos demais servidores, os quais não se manifestaram. Assim, foi dada por concluída a reunião. Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às dezesseis horas e quarenta e oito minutos. Eu, Aline Fabiane Barbieri, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, segue assinada pelos presentes.

Aline Fabiane Barbieri
Celso Fernando de Oliveira
Daniel Rotella Cocco
Douglas Alexandre Fernandes
Felipe Augusto Fernandes Borges
Gustavo Leoni Bordin
José Hugo Leite Junior
Leandro Delgado de Souza
Luciano Rudnik
Maicon Rogério de Souza
Marcio Miguel de Aguiar
Maria Sandreana Salvador da Silva Lizzi

---

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **ALINE FABIANE BARBIERI**, **Coordenador(a) de Curso**, em 09/03/2022, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **MAICON ROGERIO DE SOUZA**, **Servidor Docente**, em 10/03/2022, às 07:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **FELIPE AUGUSTO FERNANDES BORGES**, **Servidor Docente**, em 10/03/2022, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **CELSO FERNANDO CLARO DE OLIVEIRA**, **Servidor Docente**, em 25/03/2022, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **DOUGLAS ALEXANDRE FERNANDES**, **Servidor Técnico Administrativo em Educação**, em 25/03/2022, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL ROTELLA COCCO**, **Servidor Docente**, em 25/03/2022, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO MIGUEL DE AGUIAR**, **Servidor Docente**, em 25/03/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO RUDNIK**, **DIRETOR(a)**, em 28/03/2022, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA SANDREANA SALVADOR DA SILVA LIZZI**, **Servidor Docente**, em 28/03/2022, às 23:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **JOSE HUGO LEITE JUNIOR**, **Servidor Docente**, em 29/03/2022, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO LEONI BORDIN**, **Servidor Docente**, em 01/04/2022, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1638897** e o código CRC **EE17240D**.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | PITANGA/CC/IFPR/PITANGA-CC/PITANGA
Rua Emilio Bertolini, nº 54, Curitiba - PR | CEP CEP 82920-030 - Brasil

ANEXO 7 - Declaração de demanda

MUNICÍPIO DE PITANGA

CNPJ 76.172.907/0001-08

CENTRO ADMINISTRATIVO 28 DE JANEIRO, 171 - FONE (42) 3646-1122 - FAX 3646-1172
CAIXA POSTAL 11 - CEP 85.200-000 - P I T A N G A - PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Rua Arthur Mehl, Nº 695 - Fone/fax (0xx42) 3646-2174

Ofício nº 109/2016

Pitanga, 08 de abril de 2016.

Sr.
Narciso Américo Franzin
Diretor Geral do Campus Pitanga
Instituto Federal do Paraná

Assunto: Oferta de Curso de Pós-graduação.

Venho por meio deste, manifestar que temos interesse no curso de Pós-graduação para Formação de Docentes no Campus Avançado de Pitanga – PR - IFPR.

Ressaltamos que este curso pode proporcionar aos professores conhecimentos sobre as relações que se estabelecem entre a aprendizagem e a sociedade. Ainda lembramos que é preciso favorecer as diversas áreas de conhecimento e campo de trabalho dos docentes no município e que este curso é uma área do saber acadêmico e do mundo.

Atenciosamente.

ANGELA VUJANSKI DE JESUS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Ofício nº. 42/2016 Educação Básica /NRE Pitanga, 15 de março de 2016.

Assunto: Solicitação de Curso de Pós Graduação

Senhor Diretor,

Vimos, por meio deste, solicitar dessa Entidade o curso de Pós Graduação em Formação de Professores. O Núcleo Regional de Educação de Pitanga atende 7 municípios, num total de 34 Escolas da Rede Pública Estadual e 7 Escolas da Rede Conveniada. Esta formação é essencial para o aperfeiçoamento profissional dos professores que atuam nesses estabelecimentos, a fim de que possam fortalecer a sua prática pedagógica e, consequentemente, contribuir para melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Atenciosamente,

Jonas Crensiglova
Chefe do NRE - Pitanga

Jonas Crensiglova
RG 6.385.493-0
Decreto Nº 84/2015 Doe 08/01/2015
Chefe NRE - Pitanga

Lidia Nanci Pauluk Santos
Coordenadora da Equipe de Educação Básica

Ilmo. Sr.
Narcíso Américo Franzin
Diretor- geral Instituto Federal - Campus de Pitanga
Pitanga - Pr

CID CENTRO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO

AMOCENTRO
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO DO PARANÁ

Território da Cidadania
Paraná Centro

CONSAD
PARANÁ CENTRO

Oficio Nº 003/2016

Pitanga-Pr, 21 de março de 2016.

Senhor Diretor,

Vimos através deste expediente com os representantes abaixo nominados, Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Rural e Urbano Sustentável da Região Central do Estado do Paraná – CID CENTRO, Associação dos Municípios do Centro do Paraná – Amocentro, Grupo Gestor do Território da Cidadania Paraná Centro e o Consórcio de Segurança Alimentar e Nutricional para o Desenvolvimento Local – Consad, **solicitar de Vossa Senhoria ações de parceria junto ao Instituto Federal do Paraná, Campus de Pitanga para desenvolver o curso de Pós-Graduação para Professores de Educação Fundamental e Ensino Médio em nossa Região**. Temos os órgãos Púbicos e a Sociedade Civil (entidades, organizações e movimentos sociais) envolvidos na discussão, no debate e nas lutas do Desenvolvimento Territorial. Haja visto que temos inúmeras políticas públicas voltadas, todas com uma só intenção de atender a população. Temos procurado e estamos numa luta continua no sentido de discutir todas as políticas públicas para melhor aplicabilidade dos recursos públicos.

Certo de vosso pronto atendimento reitero nossa parceria, admiração e apreço.

Atenciosamente,

Marcel J. M. dos Santos
Prefeito Mun. de Mato Rico
Presidente do Cid Centro

Claudio Leal
Presidente da Amocentro
Prefeito de Santa Maria do Oeste

Heloísa I. Jensen
Prefeita Mun. Nova Tebas
Presidente Território da Cidadania Paraná Centro

Aparecido J. da Silva
Presidente do Consad
Paraná Centro

EXCELENTISSIMO SENHOR
NARCISO AMÉRICO FRANZIN
MD. DIRETOR DO CAMPUS PITANGA DO INSTITUTO DEFERAL DO PARANÁ
PITANGA - PARANÁ.

ANEXO 8 – Termo de aceite de orientação de TCC

TERMO DE ACEITE-ORIENTAÇÃO DO TCC

Eu_____

SIAPE _____ na condição de Professor (a) do Instituto Federal do Paraná, lotado no Campus Pitanga, declaro aceitar orientar o discente _____, matrícula nº. _____, para desenvolver o trabalho de TCC, do curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica.

Estou ciente de que o período de orientação inicia-se com o aceite e encerra com a entrega do trabalho final.

Declaro ter pleno conhecimento das atribuições concorrentes à orientação do TCC, conforme Normas ABNT e do Instituto Federal do Paraná.

Pitanga, ____ de _____ de _____

_____

Professor (a) Orientador (a)

_____

Professor (a) Co-orientador (a)

_____

Discente Orientando

ANEXO 9 – Ficha descritiva de avaliação do TCC

FICHA DESCRITIVA DE AVALIAÇÃO DO TCC

Aluno:_____

Orientador:_____

Título:_____

A Avaliação do Trabalho de TCC, parte escrita e apresentação oral, se darão por meio de conceitos, sendo:

Conceito A – PLENO

Conceito B – PARCIALMENTE PLENO

Conceito C – SUFICIENTE

Conceito D – INSUFICIENTE

Os critérios a serem avaliados constam nas tabelas seguintes:

Trabalho Escrito		**Conceito:**
Redação, estruturação do texto e coerência com relação às normas do IFPR	**(A a D)**	
Coerência do título com o conteúdo do trabalho, contextualização, delimitação do problema e formulação dos objetivos	**(A a D)**	
Revisão bibliográfica clara e consistente.	**(A a D)**	
Apresentação da metodologia empregada no trabalho	**(A a D)**	
Apresentação dos resultados e análise dos dados	**(A a D)**	
Coerência das conclusões com os objetivos traçados	**(A a D)**	

Apresentação oral		**Conceito:**
Clareza na introdução, objetivos e na exposição do conteúdo do trabalho	**(A a D)**	

Coerência da apresentação oral com o trabalho escrito	**(A a D)**	
Eficiência na utilização do tempo de apresentação	**(A a D)**	
Sustentação perante a banca	**(A a D)**	

CONCEITO FINAL: _____

Avaliador: _____

Pitanga, _____ de _____ de _____

ANEXO 10 – Ata de avaliação do TCC

ATA DE AVALIAÇÃO DO TCC

No dia ____ do mês de _____ de _____, sob a presidência do (a) Prof. (a) _____, reuniram-se os docentes _____ _____ _____ nas dependências do IFPR- Campus Pitanga para avaliar o TCC do discente _____, que defendeu o trabalho de TCC intitulado "_____", como requisito para a conclusão do Curso de Especialização em Interdisciplinaridade e Docência na Educação Básica.

O discente foi considerado: ( ) Aprovado, ( ) Reprovado; com o conceito final: _____

Observações:_____
_____
_____.

Por ser verdade firmamos o presente.

_____ (Avaliador 1)

_____ (Avaliador 2)

_____ (Orientador)

Pitanga, _____ de _____ de _____